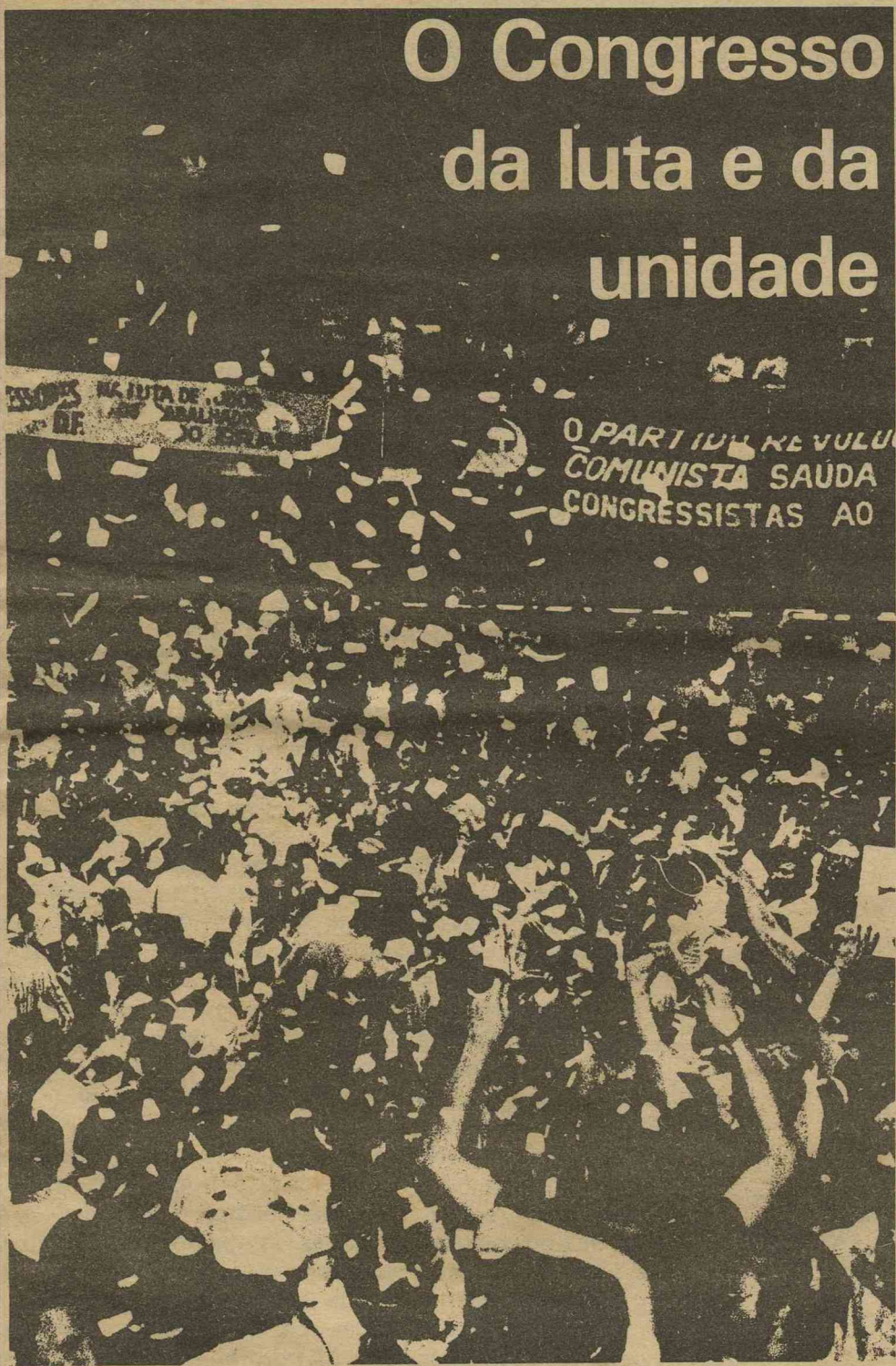


**fazendo**

# AMANHÃ

ANO II — N.º 10 — AGOSTO 1986 — Cz\$ 5,00



## O Congresso da luta e da unidade

O II Concut foi marcado por uma intensa luta de posições políticas. Mas também soube assegurar a unidade dos trabalhadores em torno de suas bandeiras.

Págs. 8 e 9

## O Pacote no pacote

Pág. 5



**JACOB GORENNDER:**  
Ele fala sobre o Peru e o Sendero Luminoso

Págs. 14 e 15

A farsa do Leme:  
Pág. 6

**Brasil Sempre:**  
Uma publicação que defende a repressão e a tortura.  
Pág. 12

EUA desembarca tropas na Bolívia:  
para guerrear a cocaína?  
Pág. 10



## Violentas são as margens que oprimem

Mais de 420 trabalhadores rurais foram assassinados desde a inauguração da Nova República. Somente em junho de 86 foram 43. E de 1º a 15 de julho outros 17. Estes dados constam de um relatório não divulgado do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), recentemente publicado pela Central Única dos Trabalhadores. Pela média, não passa dia sem que pelo menos um camponês seja morto no Brasil. E também pela média, não passa dia sem que um ministro, um porta-voz governamental, um dono de terras, apareça para denunciar a promoção da violência por "horas de agitadores".

Nas recentes greves operárias que aconteceram recentemente em São Paulo e outros locais do país, não foi uma nem duas vezes que a repressão "comeu solta". E a isto soma-se as constantes demissões de membros de Comissões de Fábricas, de Cipeiros, e demais lideranças dos trabalhadores. E apresenta-se um Luis Eulálio Bueno Vidigal (presidente da FIESP), um Ministro do Trabalho, para indicar a opinião pública os insufladores da desordem e da violência entre os trabalhadores.

Em Leme dois tombaram atingidos por balas que, incontestavelmente, saíram de dentro dos canos de revólveres da polícia militar. Milhares de tiros foram disparados com o intuito de acertar nos alvos. Além dos dois mortos, vários feridos. Parlamentares, sindicalistas e trabalhadores espancados. E surge um latifundiário investido do cargo de Ministro da Justiça e com desmedida dose de hipocrisia profere o julgamento; foi o PT, a CUT e os deputados. E a ele junta-se um séquito, que vai de um governador de estado até um chefe nacional da polícia federal. Supremo absurdo: os responsáveis por uma chacina de trabalhadores ficaram por mais de 15 dias exigindo explicações do PT e da CUT sobre a violência.

Não é propriamente uma novidade esta postura de tentar inverter os fatos para transformar os que sofrem violências cotidianas em réus. Aliás, as classes dominantes brasileiras constituíram seus domínios utilizando também expedientes como este. Exploram, sugam e massacram as classes despossuídas. Quando estas se organizam minimamente pra lutar por suas reivindicações, utiliza-se o aparato policial-militar, bandos de jagunços, de pistoleiros, balas, revólveres, cacetes, leis de exceção, bombas, torturas, etc. E junto com isso, acusam, punem e cassam lideranças populares por "subverterem a ordem".

São incontáveis os exemplos na nossa história. O Brasil sofreu alterações. Há muito deixou para trás os tempos coloniais, o escravagismo, a economia essencialmente agrária, para se transformar num país capitalista e industrializado. Mudaram as relações de produção, os regimes políticos, mudaram os métodos, os dominadores de ontem não são iguais aos de hoje, suas políticas são mais sofisticadas, suas dissimulações ideológicas são mais eficazes. Mas há determinados exemplos que são seguidamente repetidos. A violência contra as classes populares e a falsificação dos fatos foi uma regra nos tempos de ditadura militar. A ditadura acabou. Mas quem diria que regras como esta iriam freqüentar seguidamente estes "novos" tempos de Nova República? Leme não rima com Rio-centro. Nem por isto deixa de haver agudas semelhanças entre os fatos ocorridos nestes dois locais. A violência sobre os trabalhadores parte das entranhas do capital e do estado burguês. Usá-la é algo vital para assegurar privilégios. E o que dizer quando a isto agrega-se a farsa e a mentira descaradas e sem nenhum pudor? E nós dizemos que isto tornou-se regra nestes tempos de Nova República. Uma das diferenças entre Rio-centro e Leme é que nos acontecimentos envolvendo o primeiro local muitos liberais mostraram-se indignados, e agora, nos acontecimentos de Leme mostraram-se acumpliciados.

Mas o que explica que esta Nova República, que chegou fazendo alarde das mudanças, das promessas de liberdade para o povo, de acabar com a repressão, de combater a extrema desigualdade social no Brasil, em tão pouco tempo tenha tirado completamente sua máscara e mostrado por inteiro suas rugas de um desmesurado conservadorismo? E esta fúria traduzida em armas de todo tipo para combater os que não rezam pela sua cartilha?

É lugar comum dizer que no Brasil a fome, a miséria, a

pobreza absoluta, estão ligadas a problemas estruturais. Mas isto não tem evitado que esta situação fique cada vez mais grave, ainda que sucedam-se governantes e presidentes a propor planos e mais planos de metas e desenvolvimento para construir o país mais justo do futuro. O que fazem, como bem sabemos, é agravar as desigualdades. Não por acaso, obviamente. Para dar início a redução das desigualdades sociais no Brasil será necessário, pelo menos, efetivar reformas de caráter estrutural. Que ataquem radicalmente a concentração da terra, o poder dos monopólios, a dependência ao imperialismo. E isto, não há governo burguês algum capaz de realizar. Mesmo porque, executar de modo conseqüente muitas destas medidas implica em atingir o próprio coração do capitalismo monopolista que vigora em nossos dias. A Nova República promete mundos e fundos. Suas propostas, pacotes, manobras, via de regra, só conseguem captar, quando conseguem, apoios momentâneos das parcelas exploradas da população. Isto porque, não atacam e não resolvem os problemas de fundo das massas exploradas.

A existência de importantes setores políticos vinculados as classes populares que se recusam a fazer o jogo da transição conservadora, que organizam e mobilizam os trabalhadores em torno de suas reivindicações, que se esforçam para construir uma alternativa independente, que denunciam a opressão política, as raízes da miséria e da exploração, tornam-se assim, cada vez mais, em empecilhos para que a burguesia, os latifundiários, os banqueiros, consolidem a nova forma de dominação que idealizaram. Daí porque esta república que se diz nova, que faz a apologia dos "valores universais" da democracia, além de se servir das matreirices da política burguesa, da força do poder econômico, das suas instituições, dos meios de comunicação de massa, começa também a utilizar freqüentemente a violência e a repressão e a provocação abertas.

É neste quadro que se deve compreender as agressões e os ataques quase que diários a CUT, ao PT, aos religiosos solidários com a luta dos camponeses, as organizações da esquerda revolucionária. Este governo já demonstrou até a exaustão que nada fará em benefício dos despossuídos. Porque não quer. Porque não pode. Porque tem compromissos de classe inquebrantáveis. Porque tem como plano de metas número um assegurar privilégios, estabilizando seu regime político. E é para cumprir este plano que ele já fixou seu objetivo: literalmente, aniquilar com os obstáculos.

Neste momento, em que entramos na reta final das campanhas eleitorais, e quando se apresentam grandes possibilidades de se ampliar a luta dos camponeses pela terra e também a luta dos operários e dos trabalhadores da cidade, com fortes repercussões na disputa da constituinte, não há dúvidas que as ofensivas e provocações em todos os níveis tendem a se reproduzir em escala ampliada.

Eis porque torna-se fundamental não somente responder aos ataques do governo e dos poderosos. Mas sair na frente e denunciar de maneira permanente e em escala de massas, como parte integrante da atividade política cotidiana, que os verdadeiros responsáveis pela violência não são os camponeses que ocupam terras ociosas, os operários que fazem greves e piquetes, os explorados que se levantam solidários na luta contra a sociedade dividida em classes. Mas são, isto sim, as minorias de ricos e poderosos, que mancomunados com o governo, os políticos e os partidos burgueses, utilizam-se das leis e da força para garantir suas riquezas e mordomias as custas do sufoco e da miséria de milhões.

 **AMANHÃ**

*Conselho Editorial:*

Adelmo Genro Filho, José Eduardo Utzig, José Genoíno Neto, Marcos Rolim, Otto Alcides Ohlweiler, Ozeas Duarte de Oliveira, Tarso Fernando Genro, Sérgio Murilo.

*Planejamento gráfico e diagramação:*

Cristina Pozzobon

O AMANHÃ é uma publicação da Editora Outubro Ltda.

End.: Rua Santo Antônio, 446/conj. 91

CxP: 01314 - São Paulo - SP - Fone: 32-4685

*Editor:* Sergio Weigert



# O Dante da agrária comédia

“Apoio crítico”: eis o que Dante de Oliveira, ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), espera dos trabalhadores rurais sem-terra. Esse apelo, reprisado em várias regiões do país, pode ser tomado como síntese das concepções mais avançadas da Nova República sobre a reforma agrária e o papel dos camponeses. Seu disfarce liberal é incapaz de esconder o absurdo. Enquanto o Brasil inteiro assiste os grandes proprietários organizarem-se em campanhas contra as desapropriações e, com o auxílio do ministro Paulo Brossard, da Justiça, encaminham suas reivindicações diretamente ao presidente José Sarney, Dante de Oliveira detecta “avanços importantes” na solução do problema fundiário. Enquanto a União Democrática Ruralista (UDR) estimula a chacina de posseiros — que estão sendo mortos todos os dias — prepara-se para levar ao ar um programa semanal de uma hora na TV Jornal do Comércio, em Recife e reúne milhões de cruzados para seus candidatos à Constituinte, o ministro da reforma agrária sugere, candidamente, aos maiores interessados na distribuição de terras que aguardem as providências do governo.

Dante de Oliveira, não é, certamente, alguém mal-intencionado. Mas, como se sabe, o inferno, mesmo o de Dante (desta vez o Alighieri) está sempre povoado de boas intenções. E elas, como sabemos, não têm força de comover os interesses de classe. É por isto que dos 416 milhões de hectares pertencentes aos latifundiários, adequados à desapropriação, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) previu a utilização de 43 milhões de hectares, destinados para 1 milhão e 400 mil famílias. Ou seja: cerca de dez por cento das terras ociosas, e onze por cento das famílias sem-terra. Até agora, as desapropriações não atingiram 500 mil hectares, e o governo anunciou que poderá assentar apenas 30 mil das 150 mil famílias previstas para este ano. Mesmo essa estimativa é exageradamente otimista, considerando que nos primeiros sete meses do ano o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) conseguiu assentar só 4.200 famílias. E mais: foram efetivamente desapropriados 136 mil hectares. O restante depende de autorização

Com a tese do “apoio crítico” ao projeto do governo, Dante de Oliveira, supõe estar escrevendo o capítulo mais avançado na volumosa obra da reforma agrária. Será?



Dante de Oliveira

judicial, já que praticamente todos os latifundiários estão recorrendo aos tribunais, alegando injustiça, e abrindo processos que podem durar anos (como o caso da fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, que já dura 15 anos). Sensibilizado, por esta situação “injusta”, o presidente Sarney determinou a revisão das desapropriações e a suspensão de muitas delas até que sejam instaladas as Comissões Agrárias, órgãos consultivos responsáveis pela

análise prévia das áreas destinadas à reforma agrária. Uma espécie de comissão para evitar “enganos” dos camponeses que, desatentos aos parágrafos da lei, terminam ocupando terras consideradas produtivas, como também a fim de evitar os equívocos do próprio INCRA que nunca sabe ao certo o que é uma e é outra. Conseqüência disto é que o próprio MIRAD, que, como já nos informou, vigilantemente o SNI, é um “ninho de comunistas”, termina por desapropriar latifúndios produtivos. Aliás, não é outra a razão para que a truculenta UDR tenha se tomado de súbitos amores pelos trâmites da Justiça. Assim, paralelamente a sua horda de jagunços, encarregados de defender na “prática” suas extensas propriedades, constituiu um exército de advogados a fim de defendê-la, nas barras dos tribunais, com argumentos jurídicos.

Neste quadro, como é fácil concluir, o pedido de “apoio crítico” do ministro Dante de Oliveira ou é expressão da mais grosseira ingenuidade ou de um refinado oportunismo. Em qualquer caso, como não se trata aqui, mais uma vez, de julgar intenções íntimas, o resultado concreto de sua proposta é um só: travar a luta dos camponeses e sem-terra e estimular a ação dos latifundiários. E, para um ministro que assumiu com pompas democráticas e enérgicas declarações de arrancar a Reforma Agrária do papel, a sua ladainha do “apoio crítico” não chega a soar estranha. É a tentativa de construir uma ponte entre os compromissos assumidos com tanta ênfase na sua posse e a ênfase, que não é nem um pouco menor, dos compromissos de classe da Nova República, que vêm sendo expressos cada dia com mais franqueza. Projeto, que pode dar a Dante qualidades de equilibrista, mas não o faz nem um pouco original: afinal, caminhar nesta corda bamba é a postura de todos os novos e velhos “democratas” de novas e velhas repúblicas.

E tais artistas só foram capazes de produzir ou reproduzir, até hoje, a vulgaridade de alguma divina comédia, ou o que é mais comum, as tragédias terrenas dos homens. No caso do nosso Dante, a tragédia dos homens sem-terra.

# Pazzianotto e sua lei de greve

Enquanto o estardalhaço do Plano de Metas ocupava a imprensa, o ministro Almir Pazzianotto fazia entrar no Congresso um projeto de lei sobre as greves, ou como demagogicamente foi apelidado: Projeto de Negociações Coletivas. O espírito dessa nova lei, que segundo a grande imprensa “não deixa de ser um avanço”, mesmo que coloque “O Brasil há séculos de distância das sociedades de fato democráticas e modernas, onde greves não precisam de leis”, pode ser resumido na introdução de três indicativas mudanças: 1) quanto às exigências à votação das greves, que antes precisava de maioria de 2/3 dos sindicalizados, passa agora a exigir o quorum mínimo da metade mais um dos filiados do sindicato; 2) quanto às punições, coloca os piquetes — que normalmente se constituem pelos elementos mais avançados do movimento — na mira direta da violência e arbítrio policiais, coisa que sequer a ditadura dos generais teve coragem de fazer; 3) e finalmente quanto à decretação do encerramento da greve, que introduz, à revelia da democracia das assembleias das categorias, o poder da Diretoria do Sindicato encerrá-la.

O significado desse conjunto de fórmulas arbitrarias “mais avançadas”, buscam atingir o coração daqueles que podem armar e preparar os movimentos dos trabalhadores, no sentido de barrar a ofensiva da exploração crescente do go-

verno, via achatamentos e compulsórios de toda a sorte.

O governo sabe do potencial do movimento sindical, e que ainda neste período do ano que vai até novembro, ele tem pela frente um grosso de campanhas salariais, coincidindo com o pico da campanha política à Constituinte, e isto poderia criar sérios problemas. Daí a busca de desarmá-lo à força policial, como disse o ex-assessor jurídico do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo — SP e hoje Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, ao situar que aquele que participar de piquetes, em movimentos grevistas, “pode pegar de seis meses a 1 ano de prisão”.

Antes de apresentar seu projeto ao Presidente Sarney, Pazzianotto teve o cuidado de chamar a Brasília, para uma reunião, os treze presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho, convocados para receberem a instrução de serem muito mais rigorosos no tratamento dos grevistas, pois que do contrário, o sucesso do Plano Cruzado como um todo, onde se inclui o Plano de Metas, estaria comprometido.

O conteúdo expressamente arbitrário e repressor do projeto do ministro Pazzianotto não está passando despercebido pelo conjunto das lideranças sindicais mais avançadas. Até mesmo o refinado pelego, Joaquim dos Santos Andrade — o Joaquinão — Presidente da

CGT, obrigou-se a dizer que “o projeto tem o mesmo espírito das leis de 1964, com o único objetivo de inibir as greves”.

Obviamente, o projeto da lei de greve é muito mais do que quer Joaquinão. Trata-se de um instrumento que permite ao governo, agora ao abrigo da lei, o uso escancarado da violência contra os grevistas.

Dessa forma, a lei de greve do ministro Pazzianotto está intimamente ligada ao projeto econômico da Nova República; é a sua parte complementar, que visa atingir mais diretamente àqueles sobre quem é despejado o maior ônus econômico do projeto de transição burguesa elaborado pela Nova República: os operários e os trabalhadores.



Pazzianotto



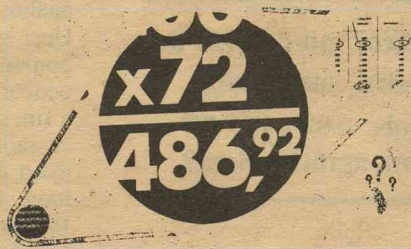
## Os tempos do "Cruzado" e o crescimento dos bancos

Na era do "Cruzado", o Plano estabelecido pelo Governo como defensor do trabalho e penalizador do capital, o Bradesco fecha o seu primeiro balanço semestral, com um lucro de 1,5 bilhão de cruzados.

Hoje com 2.030 agências e 1.027 postos de serviços, o Bradesco é o maior conglomerado financeiro privado do País. Depois do Plano Cruzado, o banco não deixou de abrir novas agências, inaugurando 109 lojas e 220 postos de serviços. Mas também, depois do "Plano de Estabilização Econômica", o Bradesco não se omitiu de demitir funcionários.

Apesar de seu crescimento físico, com expansão do número de agências e postos e do aumento da lucratividade a "família Bradesco", conforme seu presidente Lázaro de Mello Brandão, foi reduzida em 15 mil pessoas. Estas demissões, segundo o presidente da instituição, foram "viabilizadas" graças à redução do horário bancário.

Nos primeiros seis meses do ano, o Bradesco gastou 250 milhões de cruzados somente em automação. Na segunda metade do ano, outro tanto deverá ser inves-



tido nesta área, interligando mais cem novas agências a duzentos postos de serviços.

Para o presidente do Bradesco, que considera satisfatória a adaptação do Banco ao Plano Cruzado, "o País não precisa mais de uma reforma bancária, pois os bancos estão se adaptando à nova situação".

E estão mesmo. Ao menos também é o que diz José Baia Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais, que congrega 34 instituições de pequeno e médio porte. Para Baia Sobrinho, os pequenos e médios poderão até mesmo ter mais lucro do que os grandes conglomerados financeiros. E tem uma simples receita: a dispensa de pessoal, adicionada ao corte em custos operacionais.

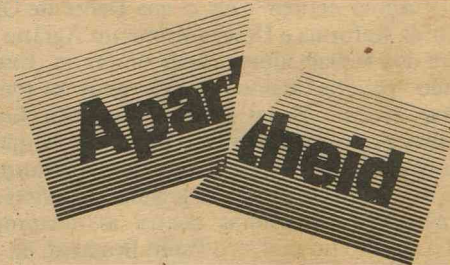
## Na África do Sul, crianças brancas são treinadas para defesa do apartheid

Com o agravamento dos conflitos raciais na África do Sul, o governo de Pretória está intensificando a preparação de crianças para a defesa do apartheid. Cursos de treinamento militar para crianças brancas sul-africanas com mais de dez anos de idade já começaram a ser organizados pelo grupo de extrema direita Movimento de Resistência Afrikaner - ARM.

Os primeiros núcleos de treinamento no uso de armas e táticas antiguerrilha serão instalados em escolas secundárias dos bairros brancos, freqüentadas somente por filhos de afrikaners, os descendentes dos colonos holandeses que são mais ou menos metade da população de origem européia da África do Sul.

Estas organizações paramilitares infantis da África do Sul ressurgem após dez anos da desativação - oficial - do Patry Speurklub, o "Clube Patriótico" que formou a maioria dos oficiais que hoje servem ao exército, marinha, aeronáutica e à polícia sul-africanas.

Para as escolas negras, o governo do presidente Pieter Botha impôs um maior controle. A partir de julho, todos os alunos destas escolas sul-africanas têm de



apresentar solicitação governamental para freqüentar uma classe, podendo dela ser expulsos a qualquer momento.

Nos últimos anos, as escolas negras se tornaram um dos principais pontos de luta contra o apartheid e agora, pelas novas leis, que são inapeláveis na justiça, os alunos deverão apresentar atestado de bons antecedentes e portar um cartão de identidade.

No dia 12 de junho, o presidente Pieter Botha decretou estado de emergência na África do Sul. Somente no primeiro mês em que vigoraram as novas medidas repressivas, 2.234 sindicalistas filiados à Cosatu, a maior central sindical sul-africana, foram presos.

## Mortes, ocupações... mas do governo nada de reforma agrária

No Ceará, mais um trabalhador rural foi morto, este mês. Desta vez, Benedito Antonio Moreira foi assassinado pelos pistoleiros Benedito Paiva Ribeiro e Antonio Fagundes Cavalcanti, na Fazenda Queimados, a 284 quilômetros de Fortaleza.

O assassinato do trabalhador ocorreu quando os pistoleiros foram até a fazenda expulsar nove famílias de posseiros, que desde 1983 disputam na Justiça contra os fazendeiros Luiz Carneiro França e Luiz Mariano Aguiar, o direito de permanecer na terra.

A história da posse da Fazenda Queimados iniciou em 1912, quando as famílias começaram a se suceder na área, cujas terras são devolutas. Em fevereiro deste ano, o Juiz de Coreaú, onde fica Queimados, deu ganho de causa aos posseiros. Mas os fazendeiros apelaram ao Tribunal de Justiça do Estado. O processo continua tramitando na Justiça, mas enquanto o Tribunal não apresentar uma sentença definitiva, continua valendo a garantia de posse da terra aos posseiros.

Poucos dias antes do assassinato de Benedito Antonio Moreira, outro lavrador

havia sido morto no Ceará. José Antonio Alípio de Lima, de 28 anos, foi morto a tiros na fazenda Califórnia por Francisco Airton do Nascimento, um pistoleiro ligado aos antigos proprietários da fazenda.

José Antonio liderava um grupo de camponeses que há muitos anos vem lutando pela desapropriação da "Califórnia".

No mesmo período, em Abelardo Luz (Santa Catarina), 3 mil colonos sem-terra invadiram parte de uma fazenda da região. A fazenda invadida foi desapropriada no ano passado, mas os proprietários da terra também entraram com mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal, que até hoje nada decidiu. Os colonos esperaram oito meses para que o INCRA obtivesse o título de posse da fazenda e os reassentasse.

No Rio Grande do Sul, um grupo

de mais de quatrocentos colonos sem-terra dos 6 mil que invadiram a fazenda Annoni no início deste ano, continuam acampados em Porto Alegre. Parte destes colonos está acampada em frente ao prédio da Superintendência Regional do INCRA desde o dia 1º de maio, e outra parte ocupa a Assembléia Legislativa, desde o dia 23 de junho.

Este mês, os colonos invadiram a sede do INCRA, tomando, inclusive, o gabinete do superintendente. O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, e o presidente do INCRA, Rubem Ilgenfritz da Silva, estiveram em Porto Alegre e exigiram a desocupação do prédio como condição para o entendimento entre os sem-terra e o governo da Nova República. Os colonos abandonaram o prédio. Mas até agora, do Governo, nada de novo.

## Encontros de estudantes repudiam fraude

Não adiantou a maioria da antiga diretoria da UNE e a chapa UNE-LIVRE, responsáveis pela fraude nas eleições diretas, boicotarem o Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) realizado nos dias 4 e 5 de julho no Rio de Janeiro. A unanimidade que se verificou lá, no sentido de anular as eleições fraudadas confirma-se com cada vez mais força entre os estudantes.

No mês de julho aconteceu a grande maioria dos encontros de curso, reunindo milhares de estudantes do Brasil inteiro. A candidata a presidente e outros membros da chapa UNE-LIVRE, que hoje auto-intitulam-se diretores da UNE, tentaram participar destes eventos e usar da palavra. Não se pode dizer que foram felizes no seu intento. A resposta dos estudantes de medicina, direito, agronomia, e muitos mais foi uma só: vocês não são diretores de coisa alguma e não terão direito à palavra.

A partir de agosto, as 57 entidades presentes ao CONEG, e várias outras que apóiam as resoluções lá tomadas, darão início a uma campanha de denúncias com a apresentação das provas sobre as fraudes. E em setembro haverá um plebiscito nacional que deverá referendar a posição do CONEG.

## Abi-Ackel, Newton Cruz: agora candidatos

Ibrahim Abi-Ackel, que como ministro da Justiça do presidente João Figueiredo se notabilizou como ardoroso defensor da Lei de Segurança Nacional e um dos maiores cabos eleitorais do deputado Paulo Maluf à presidência da República, volta à cena política como candidato ao PDS mineiro à Assembléia Nacional Constituinte. Isto, depois de se envolver até o pescoço no escândalo das pedras preciosas exportadas para os Estados Unidos.

Da "Velha República", também outro nome, não menos "precioso" despontou como candidato à Assembléia Nacional Constituinte. É o general Newton Cruz, indiciado no Caso Baumgartem e executor das medidas de emergência no Planalto, durante a votação da emenda que previa eleições diretas para presidente da República, em 1984.

Mas os problemas não ficam somente por conta dos legítimos representantes da ditadura militar. No Amazonas, o candidato ao senado pelo PMDB, Carlos Alberto de Carli - o deputado federal mais votado em 82 naquele estado, com mais de 100 mil votos também se vê às voltas com a Polícia Federal. Ele será in-

diciado no inquérito que apura as fraudes do leilão dos bens da massa falida da Agroindustrial Fazendas Unidas S.A., que inclui uma usina com capacidade para produzir 120 mil litros de álcool por dia. A usina foi arrematada pelo prefeito de

Manacapuru, Paulo Freire, por 10 milhões de cruzeiros, apesar de ter sido avaliado em 10 bilhões de cruzeiros. Nesta transação, o envolvimento do candidato peemedebista já está comprovado nos autos do inquérito da Polícia Federal.





# A reedição do confisco

Com a edição de mais um decreto-lei — o Plano de Metas — o governo da Nova República vai firmando um perfil estratégico para uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Desfecha novo golpe contra os operários e trabalhadores, repassando para seus ombros um novo ônus econômico.



No meio da poeira levantada pelas medidas do plano de metas é possível perceber onde o governo quer chegar: levar o país à nova fase de crescimento econômico, ao mesmo tempo deixando claro que fará qualquer coisa para manter o fetiche de inflação zero, menina dos olhos que quer manter na expectativa da Constituinte.

Inflação zero é a demagogia do governo Sarney, cuja finalidade é manter a ilusão nas massas trabalhadoras, de que seus salários não serão mais corroídos por inflação. Porém, se no terreno político e para as amplas massas, esse engodo persiste, a equipe econômica do governo sabe que é impossível não haver inflação sob o capitalismo, embora também seja vital, mantê-la nos menores índices. Pode-se dizer, inclusive, que os últimos expurgos praticados nos índices que medem o custo de vida, são muito mais fruto da necessidade política de manter o engodo da inflação zero do que propriamente uma necessidade econômica do plano de estabilização.

Não fosse a necessidade política de continuar explorando, até novembro próximo, a idéia de inflação zero, não haveria nenhum trauma sério ao governo admitir alguns pontos percentuais de inflação, ou ao contrário, até poderia defender, como ainda irá fazê-lo, como algo absolutamente normal dentro do capitalismo.

Portanto, as medidas adotadas pelo Plano de Metas visam complementar as adotadas em fevereiro pelo Plano Cruzado, muito embora tenham o trabalho suplementar de remendar importantes fissuras, provocadas, menos pelo movimento concreto da economia, mas por contradições políticas internas na Aliança Democrática, que impediram um movimento mais discreto do Governo, nesse novo confisco.

No grosso, o empresariado está aplaudindo sorridente, mesmo que alguns ainda não tenham percebido que a Nova República não deseja reinventar um capitalismo autóctone e movido às leis da época do capitalismo mercantil.

Em jogo, estão um projeto econômico que busca adequar a economia do País, às novas leis do monopólio, conjuntamente à estruturação de um Estado em aparência democrática, mas que recorre seletivamente à destruição de uma alternativa operária e popular.

Os decretos que constituem o Plano de Metas, apontam para o objetivo geral de canalizar recursos ao saneamento do déficit público e viabilizar investimentos na infra-estrutura produtiva, que majoritariamente estão a cargo das empresas estatais.

A criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento restou ao governo, como alternativa, pelo fato dos ministros do PFL não aceitarem a criação da empresa holding, proposta pela equipe do Ministro Dilson Funaro, da Fazenda, que agruparia todas as empresas estatais. O objetivo da holding,

segundo Pécio Arida, um dos assessores diretos de Funaro, serviria para drenar recursos das empresas do governo que apresentam lucro, para aquelas, do próprio governo, que apresentam déficit, o que resultaria, segundo o mesmo assessor, num dinâmico processo de saneamento do déficit das estatais, principal dificuldade à reorganização do parque industrial estatal em direção ao necessário salto tecnológico que precisam dar.

Assim, para a equipe dos Ministérios da Fazenda e Planejamento, o obstáculo principal à novos investimentos estratégicos para o capitalismo, seria removido com a criação daquela empresa holding, frustrado pelas disputas políticas no interior do Governo, como a exemplo do Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia.

A partir disso, o governo resolveu dar um novo saque no povo, dessa vez apenas concentrando mais sobre salários mais altos do que o provocado pelo Plano Cruzado em fevereiro.

Portanto, para substituir a holding, o Governo criou o FND, combinado ao conjunto dos empréstimos compulsórios.

Mas o fundo da questão, é a necessidade emergente que possui o capitalismo brasileira, de iniciar um processo de investimento estratégico, para não só viabilizar-se como tal, mas de proporcionar um novo modelo de dominação, representado pela estrutura política neodespótica do governo da Nova República. É como diz o próprio Funaro: "O Plano de Metas começa a garantir a infra-estrutura para o empresariado. Ele mostra que o Brasil inicia um processo de desenvolvimento e modernização. Com os preços congelados, os empresários vão investir em novas tecnologias que barateiem o produto. Esta é a grande evolução que tem de ser feita."

O que o Ministro quis dizer, e é

de fato para onde aponta o plano, é facilmente explicado por uma nota publicada pela revista Exame de julho: o "mercado doméstico ressentido da falta de produtos siderúrgicos, o que afeta diretamente as indústrias, automobilísticas, de eletrodomésticos, autopeças e embalagens. Estas são as principais consumidoras de laminados a frio, basicamente produzidos pelas usinas estatais."

Isto significa que, ou o Governo resolve o problema de insumos necessários à produção do aço, ou haverá um colapso de pelo fato de que as empresas não terão como investir, colocando em risco o projeto de crescimento econômico, planejado pelo governo, desde o lançamento do Plano Cruzado em fevereiro. As conseqüências políticas, ainda mais em ano de constituinte são mais do que óbvias.

Mas é preciso ler ainda nas palavras do Ministro Funaro, a intenção sobre a necessidade de manter os preços dos produtos estáveis, cujo objetivo, é sem dúvida, manter baixo o custo de reprodução da força de trabalho do operariado brasileiro.

Porém, se isto é uma necessidade constante do capitalismo, ao perseguir margens cada vez maiores de taxas de mais valia, isto não é aceito de bom grado pelos operários e demais trabalhadores, porque no bojo desse processo, segue o arrocho salarial, em virtude do processo de produção capitalista, anárquico, sempre produzir inflação. E por menor que seja, a inflação é sempre um mecanismo espoliador do salário. Aliás, este mecanismo da inflação já foi abordado pelo professor Duarte Pereira, em entrevista concedida ao O Amanhã, (veja edição de abril), onde é enfatizado o aspecto do "choque salarial" produzido pelas medidas do Plano Cruzado, onde um considerável volume de capital foi expropriado à classe operária e dos trabalhadores.

Mas a drenagem de recursos e o controle da inflação, embora sejam os pesos pesados do Governo, não são os únicos dispositivos que o Governo detonou em sua cruzada de reorganizar o capitalismo no Brasil.

Também fundamental ao Plano de Metas é a segurança que o governo quer criar à economia e ao empresariado, de que os trabalhadores não terão condições de impor aumentos salariais. Para tanto, fez aparecer em separado, a nova Lei de Greve, que o Ministro Almir Pazzianotto fez chegar ao Congresso. Para o governo, são dispositivos que garantirão a derrota do movimento sindical em suas campanhas salariais.

Outro condimento essencial do Plano, que também transitou na grande imprensa de uma forma mais tímida do que o pacote fiscal propriamente, é o "pacotinho" da "nova política agrícola", prevista para os próximos três anos, até a safra de 88/89.

Segundo o professor da USP (Universidade de São Paulo), Fernando Homem de Mello, que participou diretamente da elaboração dessa nova política agrícola, suas diretrizes partem de que o crescimento populacional previsto é de 2,2% ao ano e indicam as necessidades de investimentos na produção de alimentos básicos (arroz, feijão, milho e mandioca). Proporcionam estabilidade de preços ao produtor e terminam com os subsídios, reduzindo sensivelmente a proteção do governo aos produtos até hoje considerados de exportação; os investimentos serão crescentes ano a ano e já para a próxima safra foram destacados um total de 29,4 bilhões de cruzados, a serem distribuídos entre armazenagem, irrigação e conservação do solo.

Dessa maneira, a questão agrícola foi tocada pelo plano como algo fundamental para o seu sucesso, assim como diz o ex-secretário geral do COPAG (órgão de assessoramento econômico de Tancredo Neves) e também ex-secretário do Planejamento de São Paulo, o economista José Serra, para quem "alimento é tão vital para a acumulação de capitais quanto máquinas."

Portanto, saindo da perfumaria e badalações, muito próprias por sinal de uma imprensa que, no Brasil, o que melhor aprendeu é não informar, chega-se ao fundo desse novo passo, dado pela Nova República, que na ótica do Governo visa "o reordenamento estratégico do investimento público". Entretanto, se a Nova República terá sucesso é uma questão em aberto.

Já para os operários e trabalhadores a questão tem outra ótica, pois não podem permitir se deixar enganar pelas fanfarrônicas e promessas de Sarney quanto a melhorar seu nível de vida, assim que a economia como um todo cresça. Esse mesquinho discurso da Nova República não pode cegar a verdade de que o objetivo principal de tal projeto econômico é ampliar a extração de mais valia da classe operária, mantendo uma soldadura política hegemônica pelos interesses dos monopólios.



# • L E M E •

## A farsa que não deu certo

Após um mês dos episódios de Leme onde a selvageria policial produziu uma tragédia, assassinando Orlando Correia e Sibely Aparecida Manoel, e a astúcia oficial quis produzir uma farsa, os artistas, ao contrário do primeiro momento, quando fizeram questão de ocupar o centro do palco com todas as luzes acesas, a fim de acusarem o PT e a CUT pelos acontecimentos, procuram agora, sorrateiramente, esgueirar-se para os bastidores.

É assim que vemos o ministro da Justiça, Paulo Brossard, buscando retirar, sem alarde, sua volumosa figura de cena. Logo ele que desde o primeiro ato saltou lépido, visivelmente encantado com o papel de protagonista que a Nova República lhe reservava, para comandar o espetáculo. E alternou denúncias da CUT, com ironias sobre a presença de deputados do PT nos piquetes dos bóias-frias (estariam fazendo serestas?), com certezas de que as testemunhas haviam sido pressionadas para mudarem seus depoimentos originais, onde afirmavam que os tiros haviam partido do carro da Assembléia Legislativa, ocupado pelos deputados do PT.

"É uma pessoa de alta projeção política", afirmaria Brossard, no dia 15 de julho, embora preferisse não revelar o nome. Pois bem, onde anda tão convicto e loquaz ministro? Onde foi parar seu senso de ironia e energia de suas denúncias? Ninguém sabe o que foi feito delas. É um emudecido ministro que agora nos aparece, ou melhor, nos desaparece pela frente. Sobre os acontecimentos de Leme, mais nenhuma palavra. O esfuziante rei Momo, rapidamente transformou-se em um melancólico arlequim.

Não foi só ele: a medida que os fatos e as evidências iam esfarrapando, cada dia um pouco mais, os seus fundilhos, os outros saltimbancos também tratavam de deixar o palco. Assim é que o governador Montoro depois de publicar uma nota oficial onde buscava desgastar e responsabilizar o PT e a CUT, afirmando ainda que militantes do Partido dos Trabalhadores foram vistos armados nos conflitos de Leme, menos de uma semana depois declarava que "nunca havia atribuído a autoria dos disparos ao PT". Foi um salve-se quem puder. No mesmo dia, o Secretário de Segurança de São Paulo, Eduardo Muylaert, tratava de seguir o mesmo caminho: "Nunca me passou pela cabeça que deputados do PT dessem tiros em piquetes". E a partir daí, todos os que arduamente acreditavam na culpa dos deputados petistas, passaram, obviamente, com o mesmo ardor a crer na sua inocência. Desde o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, passando pelo lamentável candidato a governador pelo PMDB, Orestes Quércia, até chegar, quem diria, ao próprio delegado da Polícia Federal, Romeu Tuma. O mesmo que no dia dos fatos, afirmou não possuir a menor dúvida de que os deputados do PT estavam envolvidos e que o primeiro disparo havia partido do carro ocupado por eles. Agora, Tuma, põe a culpa em Muylaert, ale-

gando que recebeu informações suas. Por sua vez, o Secretário de Segurança, devolve a batata quente: "Eu passei a ele apenas depoimentos, sem nenhum comentário".

Por trás deste jogo de empurra o que fica nítido é que a tentativa de farsa acabou dando com os burros n'água. Não resistiu ao confronto com os fatos mais

elementares, seja aqueles recolhidos pela Polícia Técnica de Campinas que constatou, por exemplo, que as marcas encon-

tradas no ônibus não foram provocadas por tiros, mas por pedradas, seja aqueles conseguidos através dos depoimentos das testemunhas, que, até o momento, unanimemente apontam os policiais como os autores dos disparos.

Aliás, o próprio delegado seccional de Piracicaba, Adolfo Magalhães Lopes, que ao assumir a direção do inquérito e depois de ler os primeiros depoimentos, afirmou não ter dúvidas de que os ocupantes do carro da Assembléia eram os culpados, uma semana depois ele era obrigado a mudar de idéia: "pelos depoimentos ouvidos até agora só posso concluir que não partiu nenhum tiro do Opala onde estavam os deputados".

Neste mesmo dia seis funcionários da Indústria Crescidual que estavam no ônibus que levava bóias-frias para o trabalho, no dia 11, quando ocorreram os conflitos afirmaram não ter visto o carro da Assembléia Legislativa a disposição dos deputados fechar o coletivo. E aí se ia a última pedra que ainda parecia manter em pé a versão montada pela Nova República. Nem os deputados iniciaram o tiroteio, nem fecharam o ônibus dos bóias-frias. Exatamente, neste momento, como aliás, também confirmam vários depoimentos, eles estavam ocupados em transportar os feridos para o hospital da cidade.

Diante disto, da impossibilidade de construir alicerces mínimos que sustentassem a arquitetura de sua farsa, a Nova República e seus dirigentes, a começar (quanta ironia) pelo ministro da Justiça, refugiam-se na hipocrisia. Resta saber até quando os bóias-frias de Leme, herdeiros desta tragédia, viverão ainda em silêncio a suportar a exploração e o cinismo.



Os funerais de Orlando e Sibely

## Os acontecimentos

A greve dos cortadores de cana da região de Araras, que inclui os trabalhadores de Leme, Conchal, Mogi-Guaçu e Mogi-Mirim, iniciou quando uma das empresas da região resolveu não cumprir o acordo coletivo firmado em 25 de junho. O movimento iniciado por 350 bóias-frias em Mogi-Guaçu, logo alcançou a usina de São João de Araras com cerca de 5 mil trabalhadores. Mas foi em Leme que ele firmou-se, alcançando uma adesão massiva que se expressava nas assembleias muito concorridas. A principal reivindicação era a de que o pagamento pelo corte da cana fosse realizado por metros lineares e não segundo o sistema tradicional que é o do pagamento por tonelada.

O movimento dos bóias-frias no dia 2 de julho foi julgado ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho e os usineiros passaram a divulgar nas rádios da região comunicados que ameaçavam de demissão por justa causa caso a greve fosse mantida.

Apesar disto a greve foi mantida em Leme, envolvendo cerca de 6 mil trabalhadores. Os patrões se recusaram a atender qualquer das reivindicações e nem participaram das negociações convocadas pela Delegacia Regional do Trabalho.

No dia 11 de julho a polícia abre fogo contra os piqueteiros desarmados. Quarenta minutos depois restam dois mortos, Orlando Correia, 22 anos, cortador de cana e Sibely Aparecida Manoel, 17 anos, empregada doméstica.

No enterro, cerca de 5 mil pessoas, a maioria bóias-frias, que acompanharam em silêncio o cortejo até a praça da Igreja da Matriz, onde se realizou o ato litúrgico.

O bispo de Limeira, João Fernando Legal que celebrou a missa, juntamente com 31 outros padres afirmou: "A Igreja está disposta a pagar com o sangue de seus religiosos e leigos o preço da transformação da sociedade".

Da praça até o cemitério a população acompanhou silenciosa os dois mortos, apenas ouvia-se o som cadenciado de seus próprios passos. As sepulturas foram sendo cobertas lentamente com a terra jogada pelos amigos e pela população.

Aos 17 anos de idade, com dois filhos para criar, de dois e três anos, Sueli Aparecida Correia, viúva de Orlando, caminha ao lado do caixão. Eles chegaram a Leme há dois meses: "Eu não queria vir para cá, eu gostava de lá. Mas ele ficou com medo de não ter o que comer porque o trabalho acabou". Apesar de não entender muito do "mundo aí fora", Sueli quer ver os culpados pela morte de Orlando julgados e presos.

Abraçada aos dois filhos, ela agora só pensa em sair de Leme e voltar para Itapólis, sua cidade de origem. Ela se surpreende com a versão de que o incidente foi provocado pelo PT. "E o que é o PT?", indaga entre curiosa e perplexa.



# A timidez de reformar sem negar

Ozeas Duarte

**U**m exame criterioso das idéias do PT para o processo constituinte deve considerar que o próprio PT se coloca numa fase inicial de definições. Começou solicitando um projeto de Constituição ao professor Fábio Comparato. Sobre este projeto, que se saiba, ainda não fixou uma posição. Nem mesmo tratou do assunto em seu último encontro nacional. De modo que pode-se tomar como sua posição oficial um texto, digamos, preliminar. Foi elaborado por uma Comissão de Assuntos Constitucionais e apresentado no último encontro estadual de São Paulo.

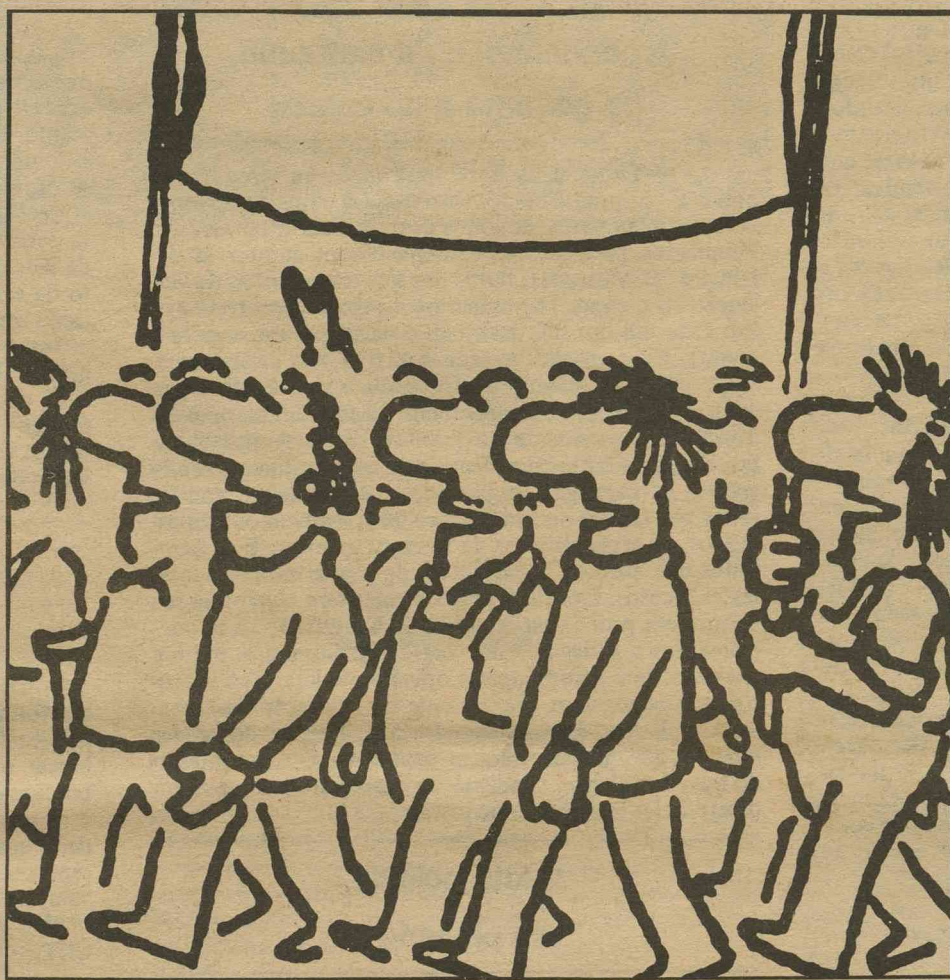
**O** trabalho (seu título: "O PT e a Constituinte") está subdividido em duas partes: uma trata da orientação tática para a intervenção no processo constituinte; a outra, das propostas para uma nova Constituição. A primeira reflete um nível razoável de elaboração, enquanto a segunda pode ser considerado apenas rudimentar. Interessa-nos discutir principalmente esta última. Mas será útil destacar pelo menos o essencial da primeira.

**O** essencial aqui é positivo. É um posicionamento político avançado face à transição burguesa e ao processo constituinte. Afirma que este processo tem para a burguesia o papel de "constituir a base de legitimidade política e institucional capaz de garantir a durabilidade e a eficácia dos seus projetos de transição conservadora".

**E** retira uma conclusão pertinente: "para os trabalhadores e a massa dos explorados pelo sistema capitalista, trata-se não só de deslegitimar os projetos político-institucionais da Aliança Democrática, como fazer avançar a luta por uma concepção alternativa de organização econômica e social e de democracia".

**P**oder-se-ia apresentar graves objeções ao caráter genérico de conceitos como "organização econômica e social" e "democracia". A ausência de uma definição do conteúdo de classe desta última, por exemplo, dá margem à interpretação de que a democracia (burguesa) encerra um valor universal, geral, acima dos interesses das classes sociais. Ou, o que decorre necessariamente daí, a uma concepção social-democrata sobre o socialismo. Contudo, já sabemos: quando se trata da sociedade futura, o PT não se alinha com a única concepção radicalmente anticapitalista de socialismo, que é a concepção proletário-revolucionária, comunista. Esta questão de fundo se projeta sobre o conjunto do texto petista.

**M**as destaques, em primeiro lugar, a incidência da proposta sobre a disputa política fundamental colocada pelo processo de transição. A disputa que opõe, de um lado, os que se colocam o objetivo de estabilizar duradouramente a



nova ordem e, do outro, as expressões políticas das classes populares. A estas interessa impedir essa estabilização e avançar na construção de uma alternativa operária e popular à transição conservadora. A questão é saber se serão capazes de se posicionarem unitariamente sobre a globalidade das questões constitucionais. De afirmar um projeto próprio e de se oporem enquanto bloco ao bloco burguês-conservador.

**O** PT age corretamente quando se nega a apresentar uma proposta socialista de Constituição. As suas razões não vêm explicitadas. Eu diria, apoiando-me numa posição revolucionária e comunista, o que, para muitos, não passa do óbvio: que propor a votação do socialismo no Parlamento burguês seria no mínimo uma ilusão grosseira.

**C**ontudo, sobre este aspecto não faltam confusões e ambigüidades na linha de raciocínio do texto petista. Refiro-me a passagens como estas: "... se deverá propor medidas que tomem real a participação popular no poder" (...). "... os projetos que fazem avançar o controle dos trabalhadores sobre o Estado" (...). "... colocando-o (o Estado) a serviço das necessidades populares e sob o controle da sociedade" (...). "... quebrar-se a supremacia da propriedade privada e do capitalismo na futura Constituição" (...).

"medidas que levem a quebrar a exploração levada a efeito pelo capitalismo", etc. ... É também uma ilusão grosseira pretender tudo isso através do Parlamento burguês, por mais democrático que ele seja, quanto mais no Congresso-constituente da Nova República.

**T**enho presente que o caráter das propostas para uma nova Constituição precisa ficar claramente definido como de luta por reformas no capitalismo. A não ser assim, restariam apenas duas alternativas, ambas desastrosas: o abstencionismo — a recusa a apresentar qualquer proposta, deixando o terreno ocupado exclusivamente pela burguesia — ou o doutrinarianismo, que além de afastar as posições avançadas da disputa real, só serviria para disseminar a ilusão de que o socialismo poderia ser alcançado por dentro das instituições vigentes. Reformas que possibilitem a melhoria das condições de vida das massas exploradas e criem condições políticas mais favoráveis à luta da classe operária pela revolução socialista. Ou seja, lutar por reformas de um ponto de vista não-reformista, mas revolucionário. Tomando-as como um meio, e não como um fim em si mesmas. Tomando-as como um subproduto da luta de classes do proletariado.

**M**as não é tudo. Um tal projeto de reformas precisa afirmar-se como a contrapartida ao projeto da Aliança Democrática,

abarcando os vários aspectos das relações sociais: a política, a economia, a cultura, os valores morais, etc. Para tanto, deve incidir sobre aspectos nodais da ordem vigente, de modo a permitir o questionamento dos próprios valores burgueses. É o caso, por exemplo, da restrição ao direito de propriedade, cuja garantia pelo Estado seria subordinada à satisfação das necessidades sociais.

**P**or não se apoiar numa concepção radicalmente antiburguesa, a proposta petista é limitada até mesmo quanto ao seu democratismo e ao seu anticonservadorismo. No item das liberdades, por exemplo, não estende os direitos de votar e ser votado aos soldados, cabos e marinheiros; não contempla o direito à greve geral, inclusive à greve política; não assume com radicalidade a desmilitarização do Estado; não incorpora o direito de rebelião contra governos opressivos e tirânicos, etc.

**M**as são notórias principalmente duas grandes lacunas: a primeira compreende-se à timidez na definição dos setores da economia que devem estar necessariamente sob o controle estatal. Ora, já que não se coloca a tarefa da socialização, de duas uma: ou as forças populares assumem sem timidez uma posição estatizante ou não conseguirão demarcar com o liberalismo. A propósito, lembro as observações corretas de um clássico do marxismo que, ao mesmo tempo em que associava os monopólios capitalistas à superexploração do trabalho e à reação política, considerava que o capitalismo monopolista de Estado desenvolve as bases materiais necessárias ao socialismo e, por conseguinte, se constitui num fenômeno, nesse sentido, progressista.

**A** segunda lacuna está na quase omissão quanto às questões relativas aos valores morais, aos costumes, ao modo de vida e à ecologia. Pode-se mesmo afirmar que, nesses aspectos, a proposta, se não é conservadora, concilia com o conservadorismo num terreno onde ele está particularmente arraigado na sociedade brasileira. Agora a garantia de alguns direitos da mulher e a ampliação do direito ao divórcio, o texto se caracteriza pelo silêncio. O direito ao aborto aparece apenas num adendo. A omissão é ainda mais gritante no que toca às relações entre as raças. Ou à questão das minorias sexuais, da defesa do meio ambiente em face da sua exploração predatória ou a um problema tão candente como o das drogas.

**T**amanha indiferença soa estranha. Cabe indagar: não se manifestaria aí uma certa vacilação em relação à Igreja, ranciosamente conservadora nessas questões? Entretanto, não há como defender consequentemente os interesses populares no Brasil sem que se declare uma guerra sem quartel ao preconceito, à discriminação e ao descaso pela vida.



# A unidade conquistada na luta

O que foi o II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, realizado no Rio de Janeiro? Qualquer pessoa que tenha procurado obter tal informação através dos grandes jornais, ficaria, no mínimo, desinformada. Por dois motivos: o primeiro, o espaço irrelevante diante da dimensão do evento; o segundo, o fato de que a "imprensa livre" não tinha por objetivo divulgar os debates e as resoluções adotadas, mas sim, encontrar meios de denegrir a imagem da CUT perante a opinião pública. Mas o Congresso aconteceu, teve debilidades e problemas, debates e disputas políticas, palavras de ordem e conversas e articulações inumeráveis. Aconteceu e aprovou propostas, elegeu uma nova diretoria. A história da luta se faz, mesmo que muitos não a contem.

De todos estados do país havia delegados. Dos 6517 inscritos, 5181 estiveram presentes. O restante ficou impossibilitado de participar por dificuldades financeiras. 1860 eram trabalhadores rurais. As mulheres eram 1217. Os delegados de base (tirados em assembléias) eram 3649, a expressiva maioria. A participação de delegações estrangeiras foi a maior já registrada num congresso de trabalhadores realizado no Brasil. 60 delegados dos quatro continentes representando 39 entidades. Da Nigéria, da Grécia, do Uruguai. Ernesto Cisneros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. Fawzi El-Mashni, vice-presidente da Organização para a Libertação da Palestina no Brasil. Alba Palácio, da Associação dos Trabalhadores do Campo da Nicarágua. Mario Navarro e Bernardo Vargas do Comitê Exterior da Central Única dos Trabalhadores do Chile. Com todos estes componentes e muitos outros, o Congresso foi aberto na quinta-feira à noite.

Durante a sexta-feira e no sábado pela manhã realizaram-se as discussões nos grupos. Basicamente dois corpos de teses polarizavam os delegados. Um defendido pela maioria da executiva nacional da CUT, e o outro, intitulado CUT pela Base, baseado nas teses aprovadas nas assembléias dos metalúrgicos de São Paulo, sapateiros de Franca, plásticos de São Paulo e outras categorias. Esta disputa de posições que se verificava no II CONCURTO, em certa medida, reproduzia disputas já ocorridas nos estados, particularmente em São Paulo. As divergências permeavam uma série de questões. Sobre os estatutos, sobre a participação dos trabalhadores no processo político, sobre a concepção de entidade sindical, sobre a postura diante do socialismo.



Márcia Carvalhal

## A condenação do latifúndio, do governo e do capital

Um Tribunal da Terra teve lugar na sexta-feira à noite. E ali, a unidade foi absoluta. Os olhos dos camponeses, dos operários, de todos os trabalhadores presentes, iluminados pela emoção acompanhavam atentos as denúncias, as acusações, feitas por seis testemunhas da violência no campo. Depoimentos e provas incontestáveis. Em cada um dos que assistiam e participavam, crescia a revolta, a indignação. A cada dois dias, três assassinatos. E fazem alarde quando a CUT apóia a invasão de terras ociosas. E calam-se, compactuam, incentivam o crime organizado. O presidente do Tribunal da Terra, jurista Fábio Konder Comparato, denunciou como criminosos não apenas os capangas, os jagunços, os pistoleiros contratados por tarefas ou assalariados. Mas também os latifundiários, os especuladores de terra, os grileiros. E os advogados que aceitam o patrocínio de causas imorais e interesses escusos. E os juristas que emprestam o valor da sua cultura em prol da rapinagem e do banditismo. E os controladores e dirigentes dos órgãos de imprensa, rádio e televisão, por deformarem a opinião pública. E os políticos que advogaram abertamente a exploração do trabalhador. E os altos funcionários e agentes do poder público que prevaricaram as escâncaras em detrimento do povo brasileiro. A indignação e a revolta somou-se um desejo ardente de luta e de justiça.

## A luta política em plenário

A plenária do II CONCURTO começou no sábado pela tarde. Logo de início, como primeiro item, uma questão assinalada como polêmica: o caráter da CUT, onde se destacava a atitude diante da luta pelo socialismo. A polêmica foi menor do que a esperada (ver matéria ao lado). A proposta aprovada é composta por dois tópicos: "O compromisso histórico da CUT: impulsionar a luta sindical dos trabalhadores, na perspectiva de constituir uma sociedade socialista" e "a alternativa dos trabalhadores".

As definições sobre a Campanha Nacional de Luta e a política de enfrentamento aos pacotes de arrocho do governo deram-se de modo praticamente unitário.

Os ânimos tomaram a acender-se. Com justificada razão. Em pauta a participação dos trabalhadores no processo constituinte. O pequeno espaço de tempo e a discussão ainda não suficientemente amadurecida, dificultou uma explicitação mais clara das diferenças. Mas era perceptível que elas haviam e eram significativas. Pode-se dizer, que elas se manifestavam em dois aspectos decisivos da intervenção na disputa da constituinte, com conseqüências nas formulações gerais: a relação entre as lutas de massa e o processo constituinte e a relação entre a construção da alternativa dos trabalhadores, a luta pela instabilização do projeto da transição e o questionamento da ordem burguesa. A resolução aprovada (defendida pela maioria da executiva nacional da CUT; a outra era defendida pela articulação "CUT pela Base") aglutinou duas propostas que apareceram nos grupos e fez uma mistura que, mesmo abordando, dilui um problema chave: a condição para registrar algumas reivindicações dos trabalhadores na constituinte é a sua conquista através da ação de massas. Além disso, a resolução situa de maneira imprecisa os objetivos e a tática do governo e, em conseqüência, a resposta é fragmentada e não se articula com a luta por um objeto global oposto ao das classes dominantes. Mas as debilidades e os equívocos, não anulam uma série de pontos positivos e nem afastam a CUT do campo do enfrentamento com a Nova República.

A discussão esquentou ainda mais quando o assunto passou a ser a dívida externa. E aqui a dubiedade foi marcante. O texto aprovado (outra vez apresentado pela executiva nacional) não fala a única vez em Não Pagamento da Dívida Externa, e sim em luta contra a dívida externa, onde pode caber suspensão, moratória, etc. Mas os proponentes afirmaram que a palavra de ordem é mesmo o Não Pagamento. Todavia, os defensores da proposta derrotada (CUT pela Base, sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte, etc.), apontaram para o fato de o texto da executiva nacional alimentar a idéia de uma articulação envolvendo todos os setores da América Latina, inclusive os governos. Daí, que tem certa lógica falar apenas em Contra o Pagamento. O Manifesto do II CONCURTO corrige em parte esta questão e é explícito em defender o Não Pagamento. Porém, ainda assim, na posição diante da dívida externa, possivelmente ocorreu o maior recuo da CUT, pois tenta reunir alhos com bugalhos.

## Os estatutos e a proporcionalidade

Dentre as várias propostas de alteração nos estatutos formuladas nas teses da executiva nacional, uma foi particularmente contestada e criticada já bem antes de iniciar o Congresso. A que falava em acabar com a proporcionalidade na composição da executiva. Aliás, como é norma no PT. A contestação e a crítica foi de tal ordem que a proposta não foi para plenário. Supõe-se e espera-se que diretores da CUT que com ela concordavam, revisaram suas opiniões. De todo modo, assegurou-se algo vital para a preservação da democracia interna na CUT.



José Fortunatti

**Qual o balanço do Congresso?**  
José Fortunatti: As resoluções do Congresso consolidam a CUT como uma Central Sindical ampla, combativa, aberta.

Entretanto, ainda não foi o avanço que esperávamos. Vamos tomar como exemplo a própria questão do manifesto. No nosso texto procurávamos colocar com clareza quem são os nossos inimigos, quem é a Nova República e qual sua política para o atual momento, e imprimíamos uma visão fundamentalmente classista ao combate que devemos travar. O manifesto aprovado, deixa muito a desejar. Não arma politicamente os trabalhadores para que percebam com nitidez a tática dos seus inimigos, e como enfrentá-la.

"Foi um avanço"  
Entrevistamos José Fortunatti, ex-pres. da CUT

Como você vê o balanço de que a CUT saiu do Congresso e da luta pelo socialismo?

Fortunatti: Realmente houve um salto de qualidade. A CUT tem uma visão que muitos setores da CUT deviam manter. A CUT devia manter-se aberta aos assuntos econômicos e não havia restrições na atuação. Uma resolução apontava para uma alternativa de socialismo, não apenas aquela visão limitada que começa-se a colocar nos fóruns na busca de uma saída.

E sobre as opiniões divergentes, a discussão seria uma expressão da CUT?

Fortunatti: Com certeza houve um grande equívoco. Quando se diz que a CUT deve armar os trabalhadores à miséria, não apenas de uma campanha, mas de um grande dissídio com a sociedade. Isto não significa...





Suzana Pires

### E saíram três chapas para a Executiva

As articulações visando a composição da direção nacional vararam os dias e as noites do Congresso. Após muitas idas e vindas a nova direção foi formada de maneira unitária, a partir das indicações dos estados. Entretanto, a posição da maioria da executiva nacional de recusar-se a compor uma chapa de unidade para a nova executiva, excluindo assim, todos os setores não identificados com suas propostas, ocasionou o aparecimento de três chapas. Uma encabeçada por Jair Meneguelli, Avelino Ganzer e Paulo Paim. A outra da Articulação CUT pela Base com Martisalm Covas, José Novaes e José Fortunatti. E uma terceira encabeçada por Paulo Cesar dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Antonio Carlos da Federação Nacional dos Previdenciários.

### Em lugar da matemática a mágica

As três chapas obtiveram respectivamente 2522 vo-

tos (59,9%), 1219 votos (28,9%) e 466 votos (11,07%). Entre efetivos (15) e suplentes (5) eram 20 os cargos em disputa. A forma de preenchê-los apresentada pela direção da mesa foi surpreendente: A chapa 1 que deveria ter 12 cargos no total (9 efetivos e 3 suplentes), apareceu com 14, 10 nos efetivos e 4 nos suplentes. A operação efetuada para a obtenção de tal resultado é desconhecida. E só podia gerar, como de fato gerou, uma enorme confusão. Quem perdeu com esta mágica foi a CUT e a sua democracia interna.

### Um pólo de esquerda

Sem dúvida, este fato envolvendo a alteração dos resultados da votação no preenchimento dos cargos ficará como uma mancha na história da CUT. Mas uma mancha incapaz de impedir seu fortalecimento e de quebrar sua unidade. O II CONCURT poderia ter avançado mais, mas seu saldo é positivo. Nele, mais do que em qualquer outro, o debate político foi a tônica. Para que isto acontecesse foi decisivo o papel cumprido pela articulação CUT pela Base. A CUT se consolida, e junto com ela um pólo de esquerda do sindicalismo brasileiro.

## Foi um avanço, mas podíamos ir mais longe".

Entrevistamos José Fortunatti, presidente licenciado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, pres. da CUT-RS e membro da executiva nacional da CUT.

Como você vê a definição do Congresso de que a CUT se posicione claramente na luta pelo socialismo?

Fortunatti: Representa um enorme avanço de qualidade. Ela rompe com uma situação que muitos setores possuíam de que a CUT devia manter-se basicamente limitada a assuntos econômicos. Isto produziu restrições na atuação da Central. Com esta resolução apontando para o fato de que a alternativa dos trabalhadores é o socialismo, não apenas rompeu-se com a visão limitada que já referi, mas colocou-se a CUT como um dos principais atores na busca de uma sociedade socialis-

E sobre as opiniões de que esta posição seria uma espécie de "partidarização da CUT"?

Fortunatti: Considero que isto é um grande equívoco. O que, de fato, os companheiros não compreendem é quando se diz que uma central sindical deve armar os trabalhadores no combate à miséria, não estamos falando de uma campanha salarial ou de um grande dissídio coletivo no país. Estamos falando em mudanças globais na sociedade. Isto não significa descaracteri-

zar o papel fundamental que os partidos políticos devem ter nesta questão, mas assinalar e resgatar o papel que uma Central deve ter neste momento, na condução da luta e organização dos trabalhadores.

Dos 5.181 delegados ao II CONCURT, 1860 eram do campo. Isto significa que a CUT se consolida como direção dos trabalhadores rurais?

Fortunatti: Sem dúvida. E isto ficou mais do que comprovado neste congresso. No Rio Grande do Sul, a participação dos rurais em um primeiro momento foi muito pequena, e agora tivemos um salto. E este fenômeno é geral. Eu diria mais: hoje, todas as lutas dos trabalhadores rurais contam não apenas com o apoio da CUT, mas com cutistas participando. Exemplo disto é a invasão da fazenda Annoni. Muitos companheiros do movimento dos sem-terra já vêm hoje a CUT como uma entidade disposta a levar a Reforma Agrária não só no papel, não só na televisão, como eles próprios dizem, mas levar uma Reforma Agrária no plano concreto, no plano da vida real.

Pela primeira vez não sai uma chapa única para a direção da CUT. Isto significa um avanço ou representa uma ameaça à unidade?

Fortunatti: Bem, é importante que fique registrado que os companheiros da chapa CUT pela base, a qual eu me filiei, desde o início do congresso tentaram viabilizar uma chapa unitária. No momento em que a Executiva começou a colocar vetos, e vetos essencialmente políticos, é claro que não poderíamos aceitar. Posta esta situação também partimos para a formação de uma chapa, mas com uma preocupação fundamental: observarmos as indicações retiradas nos congressos estaduais ou das plenárias de cada estado. A partir do momento em que a Executiva concordou com este critério, então a nossa discordância passou a ser em relação à nova Executiva, já que a proposta da Executiva anterior passou a ser de constituição de um bloco homogêneo, procurando excluir todas as forças de esquerda. Por isto, acabaram surgindo três chapas, o que de forma alguma significa um retrocesso. Pelo contrário. Este processo contribuiu para mostrar as várias posições políticas que existem no campo da CUT. Ora, isto não é só um fato normal, mas um fato positivo. Estas chapas são o resultado, de certa forma, de visões políticas diferenciadas. E isto acaba representando um avanço político.

# A CUT na luta pelo socialismo

"A alternativa dos trabalhadores para a sociedade é o socialismo". A multidão de braços levantados que aprovou esta proposta — parte integrante do item:

"Concepção de central sindical e do papel histórico da CUT" — demonstrou a força que ela tinha entre os delegados presentes ao II CONCURT.

Para alguém que estivesse pouco entrosado com os debates que antecederam a plenária e presenciava a votação, não sobrariam dúvidas: tratava-se de uma questão quase que consensual entre as várias posições e forças do sindicalismo ligado à CUT.

Porém, para alguém que, ao contrário, acompanhou todo processo de discussão o que surpreendeu foi justamente este quase consenso. Não apenas por ser este um assunto da maior relevância. Mas principalmente porque anteriormente, em torno dele, desencadearam-se apaixonadas polêmicas. Assim foi em boa parte dos encontros regionais e estaduais da CUT, no encontro de sindicalistas do PT e inclusive no Encontro Nacional do PT.

Obviamente esta não é uma discussão nova no movimento sindical. Desde há muito que o problema das funções e dos limites da ação de uma entidade sindical provoca ásperas disputas. E seu retorno, com o vigor que adquiriu, no atual momento não é gratuito. Está intimamente vinculado à construção da CUT como central sindical de massas que necessitava avançar nas suas definições e, particularmente, as exigências da luta de classes no Brasil.

Como deve uma organização dos trabalhadores de caráter não partidário enfrentar isto tudo?

Os que se opunham à proposta de que a CUT tomasse posição em defesa do socialismo, objetavam que isto implicaria em imprimir à CUT uma postura partidária, já que, a opção por projetos globais é própria de partidos políticos. E mais, que esta proposta era produto de uma visão "vanguardista" que conduziria a entidade a um distanciamento dos trabalhadores.

Por seu lado, os defensores da proposta, argumentavam que não se tratava de transformar a CUT numa central sindical socialista, que só permitisse a participação de trabalhadores já definidos neste sentido. Mas de compreender, que uma central sindical que representa os trabalhadores do campo e da cidade não pode assumir a atitude olímpica de ficar neutra diante de duas opções concretas: o capitalismo e o socialismo. E de que o combate à miséria, à exploração, à opressão política, exige muito além das lutas salariais, das lutas contra a lei de greve, etc., a apresentação de uma alternativa das classes populares. Somado a isto, levantavam a idéia de que a luta pelo socialismo não pode ser um patrimônio exclusivo dos partidos políticos. E ninguém estava defendendo que a CUT elaborasse um programa geral e uma estratégia para a revolução, estas sim tarefas urgentes para um partido que se proponha a lutar de forma conseqüente contra o capitalismo.

Esta era a discussão que se aguardava na plenária do II CONCURT. O fato dela não ter ocorrido nestes termos, ainda que tenha representado um prejuízo ao debate político, significou, sem dúvida, um enorme avanço, pois solidificou na consciência dos ativistas e militantes da CUT a necessidade de que a sua entidade pode e deve se pronunciar por uma sociedade oposta à sociedade burguesa.





José Fortunatti

**Q**ual o balanço do Congresso? **José Fortunatti:** As resoluções do Congresso consolidam a CUT como uma Central Sindical ampla, combativa, aberta.

Entretanto, ainda não foi o avanço que esperávamos. Vamos tomar como exemplo a própria questão do manifesto. No nosso texto procurávamos colocar com clareza quem são os nossos inimigos, quem é a Nova República e qual sua política para o atual momento, e imprimíamos uma visão fundamentalmente classista ao combate que devemos travar. O manifesto aprovado, deixa muito a desejar. Não arma politicamente os trabalhadores para que percebam com nitidez a tática dos seus inimigos, e como enfrentá-la.

## “Foi um avanço, mas podíamos ir mais longe”.

Entrevistamos José Fortunatti, presidente licenciado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, ex-pres. da CUT-RS e membro da executiva nacional da CUT.

Como você vê a definição do Congresso de que a CUT se posiciona claramente na luta pelo socialismo?

**Fortunatti:** Representa um enorme salto de qualidade. Ela rompe com uma visão que muitos setores possuíam de que a CUT devia manter-se basicamente limitada aos assuntos econômicos. Isto produzia restrições na atuação da Central. Com uma resolução apontando para o fato de que a alternativa dos trabalhadores é o socialismo, não apenas rompeu-se com aquela visão limitada que já referi, mas começa-se a colocar a CUT como um dos foros na busca de uma sociedade socialista.

E sobre as opiniões de que esta posição seria uma espécie de “partidarização” da CUT?

**Fortunatti:** Considero que isto é um grande equívoco. O que, de fato, alguns companheiros não compreendem é que quando se diz que uma central sindical deve armar os trabalhadores no combate à miséria, não estamos falando apenas de uma campanha salarial ou de um grande dissídio coletivo no país. Estamos falando em mudanças globais na sociedade. Isto não significa descaracteri-

zar o papel fundamental que os partidos políticos devem ter nesta questão, mas assinalar e resgatar o papel que uma Central deve ter neste momento, na condução da luta e organização dos trabalhadores.

**Dos 5.181 delegados ao II CON-CUT, 1860 eram do campo. Isto significa que a CUT se consolida como direção dos trabalhadores rurais?**

**Fortunatti:** Sem dúvida. E isto ficou mais do que comprovado neste congresso. No Rio Grande do Sul, a participação dos rurais em um primeiro momento foi muito pequena, e agora tivemos um salto. E este fenômeno é geral. Eu diria mais: hoje, todas as lutas dos trabalhadores rurais contam não apenas com o apoio da CUT, mas com cutistas participando. Exemplo disto é a invasão da fazenda Annoni. Muitos companheiros do movimento dos sem-terra já vêm hoje a CUT como uma entidade disposta a levar a Reforma Agrária não só no papel, não só na televisão, como eles próprios dizem, mas levar uma Reforma Agrária no plano concreto, no plano da vida real.

**Pela primeira vez não sai uma chapa única para a direção da CUT. Isto significa um avanço ou representa uma ameaça à unidade?**

**Fortunatti:** Bem, é importante que fique registrado que os companheiros da chapa CUT pela base, a qual eu me filiava, desde o início do congresso tentaram viabilizar uma chapa unitária. No momento em que a Executiva começou a colocar vetos, e vetos essencialmente políticos, é claro que não poderíamos aceitar. Posta esta situação também partimos para a formação de uma chapa, mas com uma preocupação fundamental: observarmos as indicações retiradas nos congressos estaduais ou das plenárias de cada estado. A partir do momento em que a Executiva concordou com este critério, então a nossa discordância passou a ser em relação à nova Executiva, já que a proposta da Executiva anterior passou a ser de constituição de um bloco homogêneo, procurando excluir todas as forças de esquerda. Por isto, acabaram surgindo três chapas, o que de forma alguma significa um retrocesso. Pelo contrário. Este processo contribuiu para mostrar as várias posições políticas que existem no campo da CUT. Ora, isto não é só um fato normal, mas um fato positivo. Estas chapas são o resultado, de certa forma, de visões políticas diferenciadas. E isto acaba representando um avanço político.



# Guerra da cocaína.

## Afinal, qual é o pó?

Os dois gigantes aviões de carga do exército norte-americano, que no mês de julho desceram em Santa Cruz de La Sierra, sudoeste da Bolívia, reforçam, a cada dia que passa, a hipótese de que a operação não era apenas policial, mas militar e com repercussões em toda a América Latina. Os 160 militares, apoiados em seis helicópteros, armados de metralhadoras, jipes, caminhões e equipamentos de comunicações, um mês depois de chegar à selva boliviana, não prenderam sequer um traficante de cocaína ou impuseram estragos nas refinarias da droga. Enfim, nada que justificasse a operação.

Quando uma parte do maior exército intervencionista do planeta desembarca em outro país decidido a acabar com o tráfico de drogas, o elementar é supor que, terá êxito. Afinal, sua tecnologia é tão desenvolvida e sofisticada que, por exemplo, possui satélites que, do espaço, lêem placas de automóveis em qualquer rua da terra. Mas essa força tarefa que desceu na Bolívia não possuía mapas e sequer a rota mínima por onde transitam as mercadorias dos "reis da coca". É difícil imaginar que os soldados de Reagan fossem andar "à deriva", sem noção exata do que queriam e onde encontrar o que buscavam. Mas aconteceu: foram bater nas portas de "honrados agricultores" que nada lhes podiam oferecer além de alguns goles de café.

A distância tão grande entre o objetivo da operação e seus resultados, revela que, de fato, os soldados americanos têm outros motivos, alvos e direções bem mais complexos que os de descobrir e desbaratar a complexa rota dos narcóticos.

Para quem acha que ligar a operação cocaína com a repressão à guerrilha é mais uma alucinação da esquerda, é bom lembrar: em 1974, o ex-ministro peronista López Rega criou na Argentina uma lei repressiva contra a droga. Imediatamente os EUA enviaram-lhe dinheiro suficiente para pôr em prática este combate. Com a conivência norte-americana López Rega armou a terrível "Triple A" (Aliança Anticomunista Argentina), cujas ações deixaram incontáveis vítimas. As operações contra a droga, também nesse caso, foram a cortina de fumaça para mascarar os massacres políticos.

### Os jogos de guerra

Os fios que transformam as operações policiais contra a droga em operações militares contra a "subversão" devem ser atados. A presença de tropas militares na Bolívia remonta a abril. Nesse mês, 250 soldados norte-americanos, aviões de transporte e de combate e helicópteros participaram das manobras conjuntas "Força Unida 86", visando combate à droga e treinamento antiguerrilheiro.

Mas a Bolívia não é excessão. Também neste ano oficiais do exército dos EUA estiveram em Buenos Aires para a

abertura das "Jornadas de intercâmbio sobre planejamento conjunto". Os chamados "jogos de guerra". Nesses treinamentos a prática vital é o "rápido deslocamento" de tropas especializadas na luta contra guerrilhas. Esses treinamentos crescem na estratégia do Pentágono, estando hoje em primeiro lugar nas questões de defesa para a América Latina.

Jornalistas especializados em assuntos militares, concluem que os exércitos visam integrar as Forças Armadas latino-americanas na estratégia de "rápido deslocamento" dos EUA. Dentro deste esquema, o Pentágono transformou Honduras em mais um dos seus "porta-aviões". No Caribe, foi criado um "sistema regional de segurança". Os estrategistas do Pentágono não cravam pregos onde não há estopas. Eles latem e mordem. Simularam certa vez em manobras conjuntas a invasão à ilha de Granada. Em 1983, por detalhes, a ilha não foi varrida, como fora o seu governo de esquerda.

### Um interesse especial

O jornalista Newton Carlos, da Folha de São Paulo, chama atenção para o seguinte: "Este ano o Pentágono começou a mostrar um interesse especial pela Argentina e Bolívia". O Comando Sul dos Estados Unidos, com sede no Panamá, co-

bre bem Colômbia e o Equador. Um jornalista argentino bem relacionado com militares, Jesús Iglesia Rouco, fala da existência de operações conjuntas de guerrilheiros argentinos e peruanos no noroeste da Argentina. Há a "hipótese" de guerra civil no Chile e de que a guerrilha chilena possa terminar contando com o apoio logístico da esquerda Argentina. Este interesse especial dos EUA parte, portanto, da idéia de um quadro de guerra no sul do continente.

"A Bolívia é de grande importância estratégica — afirma Newton Carlos. É um país central, com fronteiras com o Chile, Argentina, Peru e Paraguai. Não foi por acaso que Ernesto Che Guevara tentou nos anos 60 iniciar um movimento guerrilheiro a partir da Bolívia. Como nos anos 60, os norte-americanos voltaram a desembarcar em território boliviano".

Com estas informações, fica mais fácil entender a recém-criada "Junta Defensora da Soberania Nacional", composta por 21 partidos políticos de esquerda e 27 sindicatos filiados à Central Operária Boliviana. A principal função da "Junta Defensora" é exigir a retirada dos militares e técnicos norte-americanos, declarando-se "disposta a lutar pela expulsão das tropas invasoras". Em documento declara que há o temor de "que esta primeira intervenção norte-americana no subcontinente faça de nossa pátria a Honduras do Cone Sul".



### Uma invasão de motoristas

Não pode ficar fora de registro a política de cerco imposta por Reagan à Nicarágua e a ajuda de 100 milhões de dólares aprovada pelo Congresso aos "contras". A compra de 15 helicópteros russos pelas forças sandinistas teve a seguinte resposta de Washington: "uma corrida armamentista na América Central", com possibilidades abertas do fornecimento de mísseis, agora para a defesa dos próprios "contras".

O tabuleiro de xadrez, onde se realizam os "jogos de guerra" hipotéticos e reais em toda a América Latina, está sendo construído onde há interesses estratégicos norte-americanos. Não interessa sob que argumento.

Neste quadro a nota de grotesca ironia é dada pelo cubano naturalizado americano, Guilherme Cabezas, médico da força-tarefa que invadiu o país: "Nós somos simples motoristas dos bolivianos. Eles querem ir para lá, nós levamos; querem vir para cá, nós trazemos". Isto é, segundo o raciocínio de Cabezas, o exército mais equipado do planeta e o maior cérebro de guerra — o Pentágono — chegaram a mais uma conclusão: o exército boliviano (cuja força de elite, denominada "Leopardos", é treinada pelos EUA), não têm motoristas. E invadiram o país para fornecê-los.



# O PORÃO ATÔMICO

"O Governo está construindo instalações subterrâneas na Serra do Cachimbo, sul do Pará, limite com o Mato Grosso, para fins militares. São covas e cisternas que pelas suas características se prestam a testes nucleares de diversos tipos e ao armazenamento de lixo atômico das usinas". Este é início de uma série de reportagens da *Folha de São Paulo*, publicadas a partir do dia 8 de agosto e que vêm causando desmentidos de toda ordem por parte de setores envolvidos com o projeto nuclear brasileiro.

O secretário de imprensa do governo informou que José Sarney reagiu a notícia com estas palavras: "Por esta mesa, nunca passou qualquer documento desse tipo". O documento referido por Sarney não necessitava passar por sua mesa. Desde 1981, informam as reportagens, são realizados levantamentos geológicos e hidrológicos na região. "No mês passado foi concluída a construção de um poço de 320 metros de profundidade por um metro de diâmetro. A área de testes deverá estar concluída em 1991", confirmam os jornalistas.

O ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubem Bayma Denys, disse que a informação sobre a possibilidade de testes nucleares é "absolutamente inverídica". Na mesma noite do dia 8 de agosto, o diretor do Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos (SP), brigadeiro Hugo de Oliveira Piva, foi chamado às pressas à Brasília. O projeto da área de testes é do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), e apoiado por pesquisadores de dois órgãos vinculados ao Centro Técnico Espacial (CTA, do Ministério da Aeronáutica, situada em São José dos Campos).

No dia 9 de agosto, o *Jornal do Brasil*, noticiou: "Em nota redigida pelo presidente José Sarney e atribuída ao ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o governo desmentiu a notícia de construção de instalações subterrâneas na Serra do Cachimbo, destinadas a testes nucleares". Na mesma matéria, José Maria do Amaral, chefe do EMFA, declarou:

— O Brasil não tem nenhum projeto de fabricação de armas nucleares, tampouco pos-

sui desenvolvimento tecnológico para tanto, nem tem qualquer programação de testes para esse fim.

A afirmação de Amaral é contestada pelo presidente da Associação Profissional dos Geólogos do Rio de Janeiro, Moyses Bentes, que afirma ter o ministro "falado bobagem" ao declarar que as perfurações na Serra do Cachimbo objetivam identificar reservas minerais. "Para saber se há uma província mineral importante, faz-se um levantamento aerogeofísico e não sondagem", garante o geólogo. O levantamento aerogeofísico permite o estudo de grandes extensões territoriais, em curto espaço de tempo, "e pelas informações até agora publicadas, não consta que o trabalho aerogeofísico tenha sido feito", disse Bentes. As perfurações são feitas quando se deseja um estudo em profundidade de local restrito e previamente escolhido "não servindo, portanto, para pesquisar a existência de uma província mineral", concluiu o geólogo.

## Zona de mistério

Os enviados da *Folha de São Paulo* afirmam que testes avançados com materiais bélicos, inclusive nucleares, podem ser feitos desde 1984. João Batista Figueiredo, temeroso das reações internas e externas (principalmente por parte do governo da Argentina), preferiu evitá-los. A área da base de Cachimbo ocupa 4,5 milhões de hectares (superior em área ao território da Holanda), permanecia envolvida em mistérios para os moradores de Matupá, localizada próxima à base, e com quatro mil habitantes — em sua maioria agricultores gaúchos e catarinenses. Após serem informados pelos jornalistas de que a proteção da área se devia à possibilidade de ali se realizarem testes nucleares, um dos moradores "matupenses", Sérgio Rodrigues, se perguntou indignado: "Então era um campo de testes? Esta área, por aqui era um mistério". Outro habitante chegou a brincar: "Vim para o meio da selva. Pensei que ia encon-

trar silêncio. Vejo agora que nunca estive tão perto do barulho".

Para proteger a base, a Aeronáutica interditou cem quilômetros da rodovia Cuiabá-Santarém, na fronteira do-Pará com o Mato Grosso, zona de máxima segurança das instalações militares. Soldados armados com metralhadoras vigiam todo o percurso da estrada no interior da base, em guaritas armadas no meio da selva Amazônica. A região militar é servida por uma sofisticada pista de pouso de 2.964 metros, para aeronaves de qualquer tipo.

No meio de tantas possibilidades, que variam de depósito de lixo atômico a testes nucleares, está a opinião do físico nuclear Rogério Cerqueira Leite, professor da Unicamp, que entende que tais construções "podem significar que o governo decidiu realizar na área pequenas reações em cadeia, reações nucleares preliminares, que não se destinam a produzir muita energia, mas servem à definição de um processo de produção do plutônio". A hipótese de local para depósito de lixo atômico está descartada pelo físico: "Não acredito que o Brasil esteja se preocupando tão prematuramente com isso. Principalmente porque o material utilizado num reator nuclear só pode ser manipulado, ou transportado de um local para o depósito definitivo, depois que ficou por cinco ou seis anos esfriando. Além disso, a questão do lixo atômico é uma preocupação muito recente no mundo. Até mesmo nos Estados Unidos".

Outro estudioso, o físico José Zatz, concorda com Cerqueira Leite: "Estas informações são muito compatíveis com a execução de pequenos testes com materiais altamente radiativos, mas não podemos excluir a possibilidade de testes com materiais altamente tóxicos ou explosivos". Cerqueira Leite levanta outro dado: "a preocupação das autoridades envolvidas no projeto, em identificar uma área sem o registro de lençóis freáticos (lençóis d'água) no subsolo indica que ali estão sendo manipuladas substâncias que, se vazassem, poderiam contaminar os lençóis d'água e, por conseguinte, os rios, com conseqüências trágicas".

Cerqueira Leite acredita que as descrições feitas pela reportagem da *Folha de São Paulo*, levam a concluir a existência na área de um "forno" para a produção de plutônio. "Experimentos que são feitos, normalmente, em túneis subterrâneos, e as preocupações com segurança são pertinentes porque um bilionésimo de grama de plutônio no pulmão de um homem é mortal".

O plutônio só é conseguido através do bombardeamento de urânio 238 por neutrons oriundos do urânio 235. Empreendimento de tal envergadura, que requer absoluta precisão e segurança, certamente não são peças isoladas. Elas constituem o caminho inicial e único para se chegar à fabricação da bomba atômica.

## Síndrome da China

Outro geólogo, Colombo Gaeta Tassinari, professor do Instituto da Geociência da Universidade de São Paulo, alerta que a região da Serra do Cachimbo, do ponto de vista geológico, "é inadequada para o depósito de material radioativo, uma vez que o solo é constituído por rochas sedimentares, permitindo a circulação de água, que se contaminam rapidamente em contato com o lixo atômico".

Para Tassinari, a conseqüência da presença de radioatividade nas águas que circundam nas rochas da serra seria "a contaminação dos rios da região. Imaginando-se uma situação-limite, haveria o risco de uma 'síndrome da china' (nome do filme sobre risco nuclear), isto é, a contaminação de toda a água do planeta, numa reação em cadeia". O geólogo acrescenta que este era o temor após a explosão de Chernobyl.

No dia 13 de agosto, o deputado José Genoíno (PT-SP), apresentou à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados um requerimento convocando o ministro Renato Arche, da Ciência e Tecnologia, e o ministro-chefe do EMFA, para prestarem esclarecimentos sobre o campo de provas da Serra do Cachimbo.

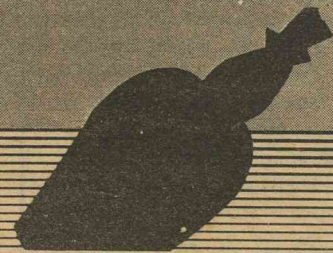
## A lembrança de Hiroxima e a defesa dos que ainda sonham com a felicidade

Depois de 41 anos que a primeira bomba atômica foi jogada sobre Hiroxima, na reunião do "Grupo dos Seis", Gabriel Garcia Márquez, Prêmio Nobel de Literatura, pronunciou um discurso. Abaixo reproduzimos alguns trechos:

"Não é nada honroso para o talento humano, na Idade de Ouro da Ciência, ter criado o modo pelo qual um processo tão dispendioso e colossal como é o da vida na Terra possa retornar ao nada pela simples arte de alguém apertar um botão... Um minuto após a última explosão, mais da metade dos seres humanos morrerá. O pó e a fumaça dos continentes em chama derrotarão a luz solar e as trevas absolutas voltarão a reinar no mundo. Um inverno de chuvas alaranjadas e furacões gelados inverterão o tempo dos oceanos e o curso dos rios, depois dos peixes terem sido mortos de sede pelas águas ardentes e as aves não terem encontrado mais os céus. Neves perpétuas cobrirão o deserto do Sahara, a vasta Amazônia desaparecerá da face do planeta destruída pelo granizo e a era do rock e dos corações transplantados estará de volta à sua infância glacial".

... "Os poucos seres humanos sobreviventes do terror inicial e os que tiverem o privilégio de um refúgio seguro só terão salvo suas vidas para depois morrer em meio ao horror de suas lembranças. A criação terá terminado. No caos final do gelo e da noite eterna, o único vestígio do que foi a vida serão as baratas".

... "Com toda a modéstia, mas também com forte determinação de espírito, proponho a construção de uma arca da memória humana, capaz de sobreviver ao dilúvio atômico. Uma garrafa de naufragos siderais arrojada aos oceanos do tempo, para que a nova Humanidade saiba por nós o que as baratas serão incapazes de contar: que aqui houve vida, que nela prevaleceu o sofrimento e predominou a injustiça, mas também conhecemos o amor e fomos capazes de sonhar com a felicidade. E que a eternidade saiba quem foram os culpados pelo nosso desastre, os surdos aos nossos clamores de paz por uma vida melhor, os criadores de inventos tão bárbaros, os defensores de interesses mesquinhos que nos varreram do universo".





# Brasil Sempre

## Eis o advogado da tortura e da repressão

Brasil Sempre, escrito pelo tenente do serviço secreto do Exército (S2), Marco Pollo Giordani, que, em breve estará nas bancas publicado pela Editora Tchê (RS), pretende ser uma resposta ao projeto Brasil Nunca Mais, um longo dossiê elaborado por várias entidades de direitos humanos sobre os casos de tortura, assassinato e desaparecimentos de presos políticos, durante o período da ditadura militar.

O Brasil Sempre de Giordani tem uma dupla importância: é a primeira vez que são revelados alguns segredos militares como os preparativos, em 1972, para a invasão, por tropas brasileiras do território uruguaio (a "Operação Charrua"). E, também, é possível, a partir do texto de Giordani, traçar um verdadeiro perfil político e ideológico do "homem de informações": quais são seus valores, as coisas que acredita, suas opções políticas, os ideais que acalenta.

O Amanhã teve acesso aos originais, e, na certeza de que isto só pode ajudar a luta dos revolucionários, analisamos os principais aspectos do Brasil Sempre.

**Brasil Sempre.** Este é o livro do tenente Marco Pollo Giordani, oficial da 2ª Seção (Serviço Secreto) do Exército Brasileiro, Comando Militar do Sul. O autor intitula-se porta-voz duma resposta ao projeto Brasil: Nunca Mais. São 272 páginas em defesa da "comunidade de informações", procurando ressaltar aquilo que ele chama de "decisão histórica das Forças Armadas". Ou seja, "nenhuma tolerância com o comunismo". No seu entendimento a L.S.N., "na prática, não existe", e, por isto, exige a sua "existência" e operacionalidade contra um perigo que enxerga em todos os setores. "O inimigo está em nossa casa e não o desalojamos", postulando uma ação imediata do SNI contra "a escalada vermelha". Esse manifesto vê a "laia vermelha" hegemônica quase todos os setores da vida nacional. Inclusive a Nova República é tida como uma fase inicial do poder comunista. A Igreja Progressista é fuzilada, em nome dos "verdadeiros valores cristãos", por ter patrocinado o projeto Brasil: Nunca Mais, que defende "a fanática laia de mortos e desaparecidos".

Giordani afirma que seu livro é uma apologia aos "esquecidos", já que os "inimigos da pátria foram transformados em heróis". Ufana-se dos "patriotas", fornecendo uma lista de 98 militares e civis do lado da ditadura militar, mortos entre 1964 a 1974. Ao pretender "mostrar a parte esquecida", como explica em sua apresentação, põe a nu episódios até então escamoteados.

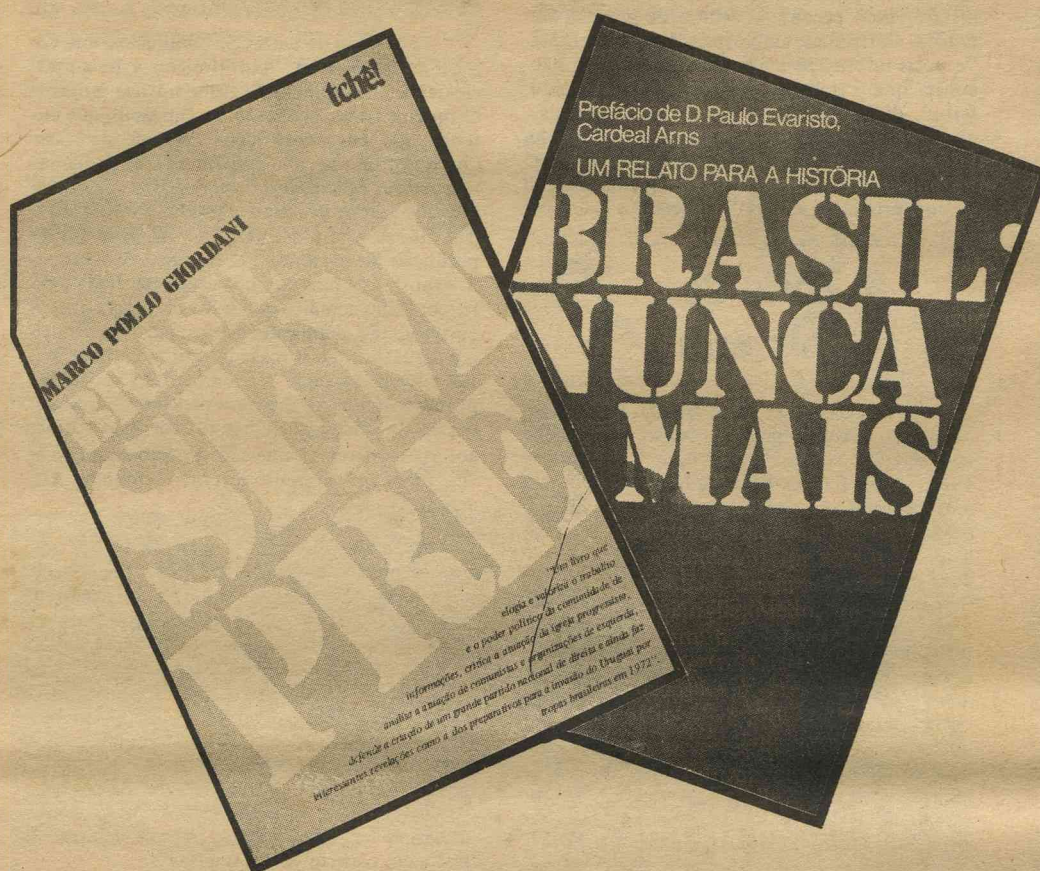
### Invadindo o Uruguai

Aborda, por exemplo, o intercâmbio de mútua proteção entre as ditaduras militares latino-americanas. Buscando aumentar a folha de serviços da "comunidade de informações", traz a público a "Operação Charrua", plano de invasão do Uruguai pelas Forças Armadas Brasileiras, em 1972, "já quase em mãos dos Tupamaros".

Aliás, segundo a opinião de Giordani, a "Operação Charrua", foi uma decisão unilateral do comandante do III Exército à época, general Breno Borges Fortes. Borges Fortes, teria resolvido, por conta própria, sem consultar os demais comandantes militares, responder aos apelos do Estado Maior das Forças Armadas argentinas e uruguaias. Isto não impedia que o moral da tropa fosse excelente: "a vibração era tanta entre nós que parecíamos viver um momento grandioso".

### "Maluf é o nosso líder"

Os cursos do SNI sobre "subversão" estão integralmente no Brasil: Sempre.



Não falta, sequer, uma abordagem "filosófica" do marxismo: "Marx inventou, Lenin instrumentalizou", etc., etc.

Conclui que, indistintamente, não tem conversa com a esquerda, com ela "só a linguagem das armas". Nesse particular destaca uma "imorredora ordem do general Médici: quando invadirem um aparelho, terão que invadir metralhando".

Além disso propõe "uma arrancada

nacional direita, vigorosa, corajosa, consistente..." O seu timoneiro e "grande líder, decidido e constante" Paulo Maluf. Esse grande partido de direita formaria um par exemplar com a TFP (Tradição, Família e Propriedade), pois ela "é a única organização civil de direita, que corajosamente nunca silenciou... é uma fortaleza que devemos defender e incentivar..." Conclama: "é preciso que empresários, proprietários rurais, chefes de família, políticos direitistas, religiosos conser-

### Dois "heróis" do Brasil Sempre

Na lista elaborada pelo Brasil Sempre dos "heróis assassinados pela subversão", existem, pelo menos, dois componentes desta galeria que merecem que publiquemos alguns trechos de suas biografias: o industrial Henning Albert Boilesen, e o capitão do exército dos EUA, Charles Rodney Chandler.

Boilesen era um dinamarquês, naturalizado brasileiro, um dos diretores do grupo Ultra. Em 1969, ele tratou de organizar uma rede de empresários, o Grupo Permanente de Mobilização Industrial, GPMI, a fim de colaborar financeiramente ou com equipamentos para melhorar a estruturação e funcionamento dos órgãos de segurança e repressão. Aliás, não é por outra razão que a publicação Brasil: Nunca Mais, refere-se ao grupo Ultra como um dos principais sustentáculos econômicos dos organismos de repressão, no período em que eles começa-

ram a ser formados pelo Exército. Inclusive veículos da empresa eram utilizados pelos organismos policiais-militares.

A história de Boilesen, entretanto, não se resume a isto. Além de liderar o grupo de empresários que colaborava com a repressão, o seu entusiasmo, ou, como diz o autor no Brasil Sempre, seu "heroísmo", levava-o a participar pessoalmente de sessões na "Operação Bandeirantes", OBAN, em São Paulo.

Já o capitão Chandler era um agente da CIA, designado para cumprir, em São Paulo, as mesmas funções que Dan Mitrióni, exercia, então em Minas Gerais. Mitrióni, tornou-se bastante conhecido em 1967/68, entre os policiais e militares mineiros, prestou cursos práticos de tortura. Segundo o Brasil: Nunca Mais, como, a época, faltavam "cobaias", Mitrióni mandava recolher os mendigos

valores, dêem a esta organização apoio irrestrito".

### Sem o SNI é impossível governar

Crítica a neutralidade das Forças Armadas, dizendo que um exército fruto da paz é levado à atrofia. Giordani diz representar a opinião dos subalternos da "comunidade... ", que não podem aceitar de braços cruzados a campanha de projetos como o do Brasil: Nunca Mais, em que foram transformados no "mataborrão da ditadura militar". Hoje somos mal-vistos, execrados, tachados de torturadores, de facínoras". No prefácio, escrito pelo major de cavalaria, José Antônio Queiroz (também da ativa), os estudos e denúncias sobre torturados e desaparecidos são classificados de "absurdas provocações áridas". Ufana-se de "existir entre comandados e comandantes eles vigorosos de consistências indivisíveis". A meta final do comunismo, é um totalitarismo atroz, pintado com cores que lembram os sermões das pequenas paróquias, onde aparecem demônios, mefistófoles mirabolantes e cruéis. Por isso, para evitar qualquer avanço da "esquerda" a "ditadura de direita torna-se virtude, a grande verdade". Diante de tais considerações, são naturais as afirmações de que "o espírito de 64 é permanente e perene, está vivo.

Nós continuamos vigilantes e decididos. "É por isto que governar sem o SNI é impraticável".

Dentro dessa lógica, a criação da "OBAN e CODI-DOI nada mais foi do que o antídoto contra o veneno disseminado", e as sessões de tortura são uma

das ruas de Belo Horizonte, a fim de ministrar seus ensinamentos.

Chandler, agindo em São Paulo, ao que tudo indica, não necessitou recolher mendigos. Mesmo assim sua fama andou longe. Um delegado de polícia, que esteve lotado durante algum tempo na Divisão de Ordem Social do DOPS paulista, afirmou ao jornalista Antonio Carlos Fon, que não havia chegado a conhecer bem este pessoal, "da pesada" "nem mesmo o Boilesen. (...) mas ouvi falar muito daquele capitão norte-americano, Charles Chandler". E, se o que serve para Mitrióni, via de regra, serve para Chandler, eis um depoimento, certamente, dignificante para o "herói" do Brasil Sempre: "certa ocasião, conta o advogado Geraldo Magela, "o norte-americano (referia-se a Mitrióni) mostrou com exemplos práticos (diante de 200 policiais) os locais do corpo humano onde deveriam ser aplicados os choques elétricos e as pancadas..."



“coisa natural”. A tortura, segundo Giordani, está numa progressão geométrica para a esquerda assim como as preces às divindades”.

## “Um amontoado de ignorantes”

Todavia, diante da complexidade do mundo, o que pensa um homem de direita sobre o povo? O tenente nos dá uma aula no capítulo “Sobre a Qualidade de Nossa Gente”. “Iniciamos mal”, diz ele.

E por quê? Os primeiros povoadores eram degredados, o nativo de baixa cultura e parca iniciativa, tudo em fusão com o paciencioso sangue escravo. Eis sua síntese: “penso que o negro, o índio e o mestiço são castas com rendimentos inferiores... logo conclui: “um povo inculto não define liberdade”. “Estender-se aos analfabetos o privilégio do voto”, é um absurdo nesse Brasil que é “um amontoado de ingorantes, um mosaico irregular de raças e credos”. Defende a tese de que o “universo obedece a um princípio seletivo”. Para salvar o país, esboça duas propostas: 1) a doutrinação educacional; e 2) “um rigoroso controle da natalidade para obter a longo prazo uma raça mais qualificada”.

## Um livro a quantas mãos?

Pelos altos e baixos do livro fica evidente a sua múltipla autoria. Partes sofrivelmente elaboradas, mescladas com a reprodução de documentos, cursos e pareceres do SNI. Quando essa leva de dados estava em processo de publicação, as posições internas das Forças Armadas tiveram marchas e contramarchas. Giordani é adepto da corrente mais conhecida como “Médici-Frota”. Passou a viver entre apoios e reticências. Um general, seu ex-comandante, parabenizou-o por carta. O major José Antônio Queiroz retirou, várias vezes, da editora, seu prefácio, liberando-o, enfim, para a publicação. Giordani anda apreensivo com a mudança de comando do III Exército, que deve ocorrer no mês de agosto, não sabendo ainda qual será a receptividade de Brasil: Sempre pelo general substituto, por via das dúvidas, já requereu licença.

Além de tudo isto, Brasil: Sempre abre um vasto campo para a interpretação do “homem de informações”, pertencente à “comunidade...”. Marco Pollo Giordani permite a transparência dos seus indivíduos médios, milhares de pessoas — entre militares e civis — que possuem um orgulho altaneiro, uma identidade e um pacto argamassado ideologicamente. A iniciativa deste oficial não é, certamente, o resultado e o produto de um único indivíduo. Ele é a síntese e a expressão, do homem de informações, preparado, como milhares de outros (exercitados em atividades constantes), uma verdadeira tropa adestrada e convencida que é a guardiã e provedora de um tipo de sociedade. Aqui não cabe a expressão de “iludidos”, de automatizados por uma doutrina (conservando uma “alma” pura e violentada — como insistem em justificar muitos discursos do reformismo). Não existe essa “idéia exterior” que domina e põe em ação milhares de pessoas. A “comunidade” se reelabora e se auto-reproduz. Essa convicção se expressa nas palavras do oficial-autor: “ser de direita... é ser um combatente na defesa de valores perenes”.



# Qualquer semelhança é muito mais que coincidência

Documentos secretos do Exército uruguaio, recentemente divulgados em Porto Alegre, RS, pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos, comprovam a articulação e ajuda mútua dos serviços de espionagem e repressão do Brasil, Uruguai e Argentina.

No dia 12 de junho deste ano realizou-se, no Círculo Militar do Uruguai, uma reunião-jantar onde um dos convivas mais notáveis era um coronel brasileiro. À primeira vista nada de mais, a não ser talvez pelo fato de que o jornalista convidado à reunião, concordasse em revelar a patente do militar brasileiro, mas insistisse em guardar sigilo sobre seu nome. Sobre os assuntos tratados, nenhuma palavra.

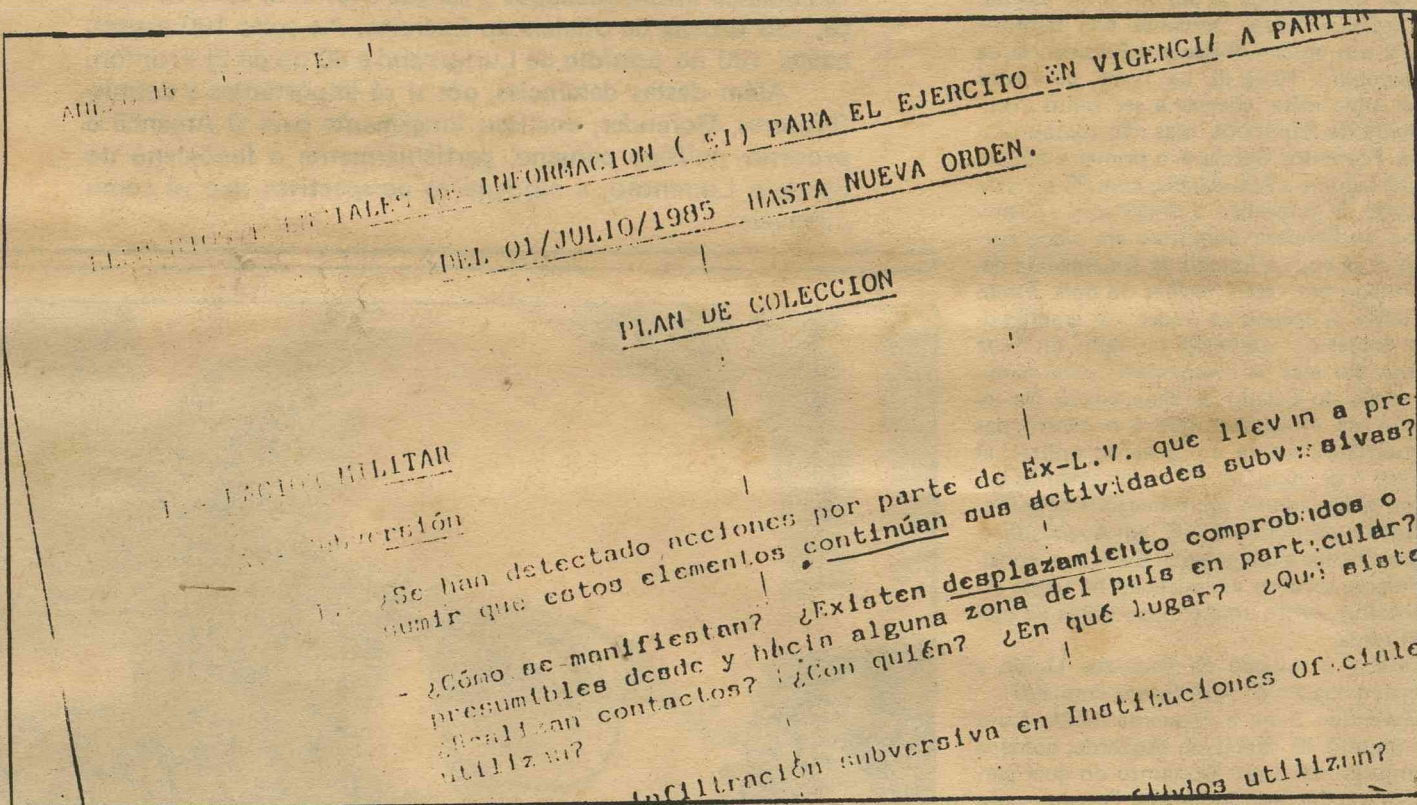
Coincidência ou não, o fato é que alguns dias depois o Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, RS, divulgou dois documentos secretos do Sistema de Inteligência do Exército do Uruguai: as “Diretrizes de Trabalho” e o “Plano de Coleta — Elementos Essenciais de Informação para o Exército”. Os tex-

tos de Inteligência Nacional, e, por sua vez, existem atividades que são regulamentadas por documentos específicos, como, por exemplo, a “Diretriz Particular de Operações do Comando Geral do Exército”, que disciplina as detenções e a metodologia dos interrogatórios. Obviamente neste minucioso esquema de vigilância, espionagem e controle não poderiam faltar os partidos políticos. E os documentos nos informam que para encarregar-se do Movimento de Libertação Nacional (Tupamaros), Partido pela Vitória do Povo e Libertários são ocupadas quatro divisões do Exército e, como se não bastasse, a Companhia de Contra-Inteligência.

Entretanto, é no segundo documento, “O Plano de Coleta”, que começam a

teresse pela seita das “Testemunhas de Jeová”, mostrando a disposição de controlá-la e mantê-la sob constante vigilância. Mas porque isto? Principalmente quando se sabe que no Uruguai as “Testemunhas de Jeová” correspondem aos agrupamentos políticos e religiosos mais reacionários e conservadores, chegando a ritos de flagelação para exorcizar a iminência do comunismo. Este paradoxo serve para revelar a outra origem dos textos: a Argentina. É que lá alguns setores desta igreja têm demonstrado um espírito crítico democrático, principalmente porque muitos de seus familiares e adeptos foram assassinados pela repressão.

Como é fácil perceber as semelhanças são muito mais do que meras coincidências.



tos são assinados pelo tenente-general Hugo M. Medina, comandante em chefe do Exército do Uruguai e autenticados pelo coronel Alberto F. Mira, chefe do Departamento de Informações.

O primeiro dos textos, as “Diretrizes de Trabalho”, estabelecem um plano de ação para o mapeamento da sociedade uruguaia e define a tarefa dos efetivos militares nesta área: batalhões, companhias, unidades, etc. Assim, por exemplo, “o Batalhão Blindado nº 13 divide com o Batalhão de Infantaria Paraquedista nº 14 a coleta de dados e segue as atividades das organizações sindicais. A outros órgãos cabe o controle da imprensa, dos professores, estudantes, profissionais liberais, arquitetos, engenheiros, etc. etc.

Tudo isto está conectado ao Siste-

ma de informações “coincidências”. Neste texto estão as perguntas a serem formuladas pelos agentes dos serviços secretos, aí, é possível perceber que sobre um modelo anterior foram sendo adaptadas outras questões, de maior interesse para a repressão uruguaia. E a origem deste modelo não chega a ser um mistério: o texto uruguaio, reproduz integralmente vocábulos da língua portuguesa. E, o livro Brasil Sempre, revela documentos do SNI em que o questionário para a identificação das pessoas e partidos de esquerda corresponde exatamente, sem mudar um termo, às perguntas do questionário descoberto no Uruguai.

Mas a coisa não pára aí. Os documentos uruguaio, por exemplo, em um dado momento, revelam um inusitado in-

aparecer pitorescas “coincidências”. Pois, como assinala a publicação Brasil: Nunca Mais, a ação do (...) aparelho repressivo não se circunscreveu às fronteiras do Brasil. Pelo menos nos golpes militares ocorridos na Bolívia em 1972; no Chile em 1973; e na Argentina em 1976, depoimentos de exilados brasileiros, presos então nestes países, referem terem sido interrogados e até mesmo torturados por brasileiros que não ocultavam sua condição de militares ou policiais”.

O aparecimento público dos documentos vêm não apenas reavivar esta verdade, mas, principalmente, comprovar também que as novas repúblicas de Sarney, Alfonsín e Sanguinetti não tocaram em um fio de cabelo dos órgãos de repressão e espionagem, e eles continuam tão lépidos e ativos como sempre.



# Uma radiografia da luta de classes no Peru

Como se caracterizaria, mais especificamente a posição do Alan Garcia?

Gorender: O que ocorre é o seguinte: Alan Garcia é o primeiro presidente do partido aprista no Peru. O APRA, Associação Popular Revolucionária da América, foi fundado nos anos 20 por Haya de La Torre. É um partido que corresponde, grosso modo, ao que foi e é o peronismo na Argentina e o trabalhismo getulista aqui no Brasil. Sucede que em função de uma ação militar da APRA nos anos trinta — os militares apristas atacaram um quartel e mataram soldados e oficiais — criou-se nas Forças Armadas peruanas o mesmo complexo anticomunista que a chamada Intentona criou no Brasil. Então, transformou-se em um princípio das Forças Armadas peruanas não permitir que um aprista chegasse à Presidência da República. Haya de La Torre, para você ter uma idéia, chegou a ser eleito Presidente da República, mas não tomou posse. Portanto, Garcia é o primeiro aprista que assume a Presidência, com 35 anos de idade. E já recebeu o poder com a guerrilha do Sendero Luminoso em pleno curso; e já com o Estado de Emergência decretado em várias regiões do país. Então Garcia já chegou ao poder sob grandes limitações por parte dos militares, uma vez que são eles os responsáveis pela manutenção do Estado de Emergência. Na região de Ayacucho, que é o centro das guerrilhas, existe um governo militar. O Peru é dividido em 24 departamentos cujos governadores são nomeados pelo Presidente da República. E, em Ayacucho, o governador é um general. Em Lima, considerada zona de emergência, há toque de recolher, entre uma e cinco horas da madrugada.

Qual é a posição da Esquerda Unida e qual a relação de Alan Garcia com ela?

Gorender: Bem, a Esquerda Unida é um conjunto de forças de esquerda, como o próprio nome diz. Conjunto do qual participa o Partido Comunista Peruano, cujo Secretário Geral, Jorge Prado, tem uma tendência pró-soviética. É o tradicional Partido Comunista no Peru. Eu devo assinalar isto porque o Sendero Luminoso também se chama Partido Comunista do Peru, ambos tem o mesmo nome. Além deste Partido Comunista pró-soviético, nós temos o Partido Unificado Mariateguista que se considera o herdeiro legítimo de José Carlos Mariátegui, o grande teórico marxista peruano. Um outro agrupamento importante desta frente é um partido que se denomina Ação Socialista, e outros agrupamentos menores, inclusive, trotskistas. A Esquerda Unida conseguiu eleger, há 5 anos atrás, o prefeito de Lima, Alfonso Barantes, que já foi do PC peruano, mas hoje é uma personalidade independente. Ele foi candidato às eleições presidenciais, disputando com Alan Garcia: teve 25 por cento dos votos, o segundo mais votado. Então, a Esquerda Unida é a segunda força política hoje no Peru. E é oposição ao Alan Garcia. Mas oposição legal. Não tem atividade ilegal.

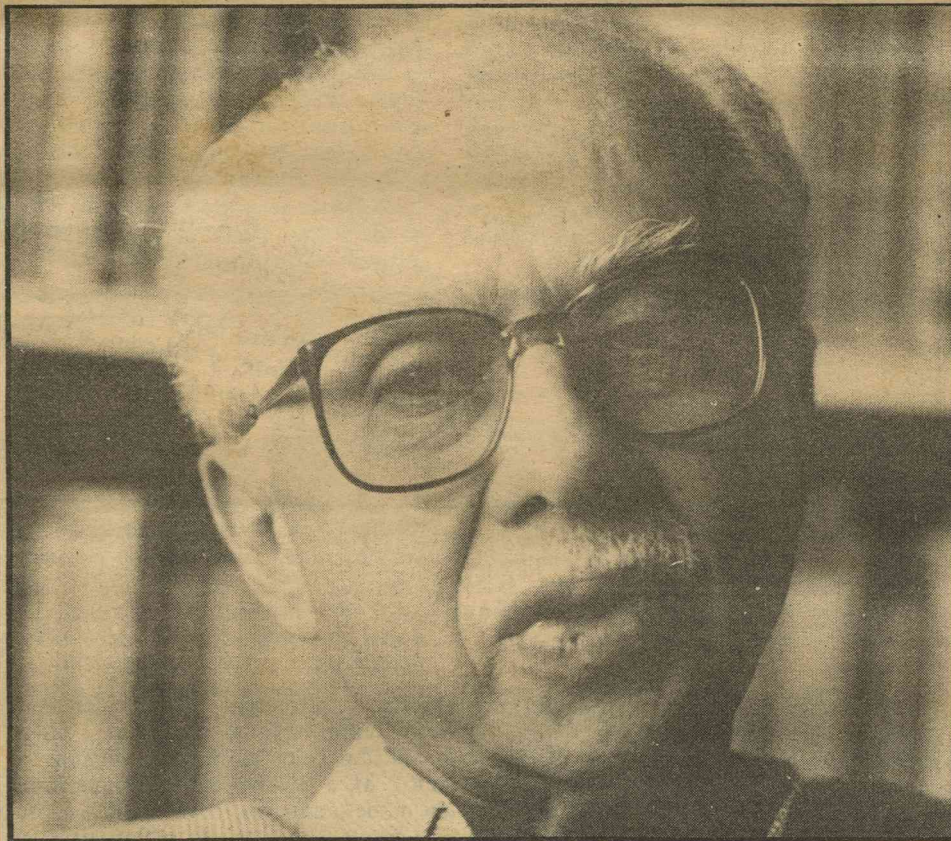
Ela coloca algum objetivo imediato?

Gorender: Bem, ela não se diz marxista diretamente, mas se considera segui-

O professor Jacob Gorender recentemente visitou o Peru a fim de participar do Sétimo Simpósio de História Econômica. Sua chegada ocorreu alguns dias depois do massacre dos prisioneiros pertencentes ao Sendero Luminoso, ocorrido nos presídios de Lurigancho, El Frontón e Santa Bárbara, em Lima, capital do Peru.

Ao contrário das versões difundidas pela grande imprensa, Gorender afirma que pesquisas realizadas por jornais independentes demonstraram que os prisioneiros nem possuíam muitas armas nem resistiram por muito tempo ao ataque da Guarda Republicana, do Exército e da Marinha, em uma operação conjunta onde foram utilizados, inclusive, lanchas torpedeiras e mísseis. Os prisioneiros se renderam após uma curta batalha e foram fuzilados a sangue-frio, com tiros na cabeça, sob ordens de oficiais do Exército. Ao todo 180 assassinatos: 100 no presídio de Lurigancho e 80 no de El Frontón.

Além destas denúncias, por si só importantes e desmifificadoras, Gorender, analisou longamente para O Amanhã o processo político peruano, particularmente o fenômeno do Sendero Luminoso, e esboçou as perspectivas que vê como possíveis.



Jacob Gorender

Agência F. 4 Daniel Augusto Jr.

dora das idéias de Mariátegui, o que no Peru, significa se dizer marxista. Ela se propõe a realizar aquilo que nós chamaríamos aqui uma revolução nacional-democrática avançada em direção ao socialismo. Seu objetivo programático é o socialismo.

E a relação da Esquerda Unida com o Sendero Luminoso?

Gorender: Pois é, é muito contraditória: a principal personalidade política da Esquerda Unida, o prefeito de Lima, Alfonso Barantes, defende uma proposta que é praticamente a destruição do Sendero.

Mas a posição da Esquerda Unida é a de condenar os métodos do Sendero Luminoso, isto está expresso em documento retirado em Congresso, mas não propõe uma luta pela destruição do Sendero.

Há muitas notícias sobre o Sendero, as mais diversas e desencontradas. Mas o que significa exatamente o Sendero?

Gorender: O Sendero Luminoso, como já disse, se denomina ele próprio como Partido Comunista do Peru. A esta denominação se agregou a expressão Sendero Luminoso que vem de uma frase de Mariátegui: "o marxismo-leninismo é o sen-

dero luminoso para o socialismo". E a expressão foi sendo utilizada, até mesmo para não confundir com o Partido Comunista Peruano que é o legal. A origem do Sendero vem da dissidência de inspiração maoísta dos anos 60. Em 64, esta dissidência rompeu com o Partido Comunista tradicional, pró-soviético e fundou um outro Partido Comunista. Mais adiante, entretanto, esta mesma dissidência dividiu-se novamente porque uma parte continuou com a liderança chinesa de Teng Hsiao Ping e a outra parte, que veio a se constituir no Sendero, manteve-se fiel ao pensamento de Mao Tse Tung dos anos 60, o pensamento da Revolução Cultural. Onde se localiza a força política do Sendero?

Gorender: O Sendero Luminoso, tem seu foco principal de forças na região de Ayacucho. E a partir de lá em uma atividade de muitos anos, isto vem desde os anos 60, eles conseguiram uma irradiação em outras cidades como Lima, Arequipa, Callao, e também em outras zonas do país. De tal maneira que hoje pode-se dizer que eles tem uma certa ramificação nacional. Programaticamente o que defende o Sendero Luminoso, como ele vê o processo revolucionário no Peru?

Gorender: Bem, eu devo dizer que a minha resposta se baseia em textos e análises de alguns intelectuais peruanos e em um único documento autêntico que consegui ler do Sendero: um informe do Comitê Central de março de 1982. Portanto, dois anos depois de eles iniciarem a luta armada. Literalmente eles se proclamam marxistas-leninistas-maoístas. Afirmam-se adeptos do marxismo-leninismo e seguidores do pensamento de Mao Tse Tung, esta é a expressão que eles utilizam. Seu objetivo é chegar agora, no Peru, a um Estado de operários e camponeses. O que eles chamam de revolução democrática de emancipação do povo. E a partir daí para o socialismo. Portanto, eles vêm a revolução em duas etapas. Consideram que na primeira etapa as forças revolucionárias são quatro classes: operários, camponeses, a pequena burguesia e também a burguesia nacional, que é identificada como a média burguesia. Que é uma burguesia autenticamente peruana e que também sofre com a asfixia a que está submetido o país em decorrência do domínio da burguesia burocrática compradora, são os termos deles, e do imperialismo. Eles dizem que o que há no Peru é um capitalismo burocrático.

Como se dá o desdobramento programático desta compreensão teórica?

Gorender: Veja, por exemplo, a relação deles com esta chamada burguesia nacional, para mim, francamente, isto é um mistério. Eu não sei se há alguma relação efetiva. A minha impressão é que toda a burguesia peruana tem ódio deles. Só pode ter. Assim, não vejo como é possível qualquer tipo de aliança neste terreno. E com relação ao proletariado que se concentra em Lima. Lima tem 6 milhões de habitantes, quase um terço da população peruana que é de 19,5 milhões de habitantes. Então, segundo me disseram, o proletariado, por enquanto, não sofre



influência do Sendero, mas também não se observa hostilidade.

**E qual a base de classe principal do Sendero?**

**Gorender:** Os camponeses, a intelectualidade da província de Ayacucho e limítrofes. Que é uma intelectualidade também de origem camponesa. Mas aí há que se observar como, de fato, se formou o Sendero. O núcleo dele é realmente a província de Ayacucho, como já falei, e que é um dos departamentos mais pobres do Peru e que está em processo de pauperização. Em virtude da penetração capitalista os camponeses estão perdendo sua fonte de renda que provinha do trabalho artesanal. Os pobres industriais estão substituindo os produtos artesanais dos camponeses, o que tem uma importância muito maior do que nós podemos imaginar aqui no Brasil. É preciso levar em conta que quando estou me referindo aqui a camponeses estou me referindo as comunidades indígenas, que remontam há séculos. Algumas até ao período pré-incáico. Vocês podem imaginar... Elas têm uma tradição muito antiga, são radicadas, são entidades que não tem similar nenhum aqui em nosso país. Então, estas comunidades estão perdendo terreno com a entrada dos produtos industriais, que são muito mais baratos, e também com os produtos alimentares importados, porque o Peru não é auto-suficiente em matéria de alimentos. Em consequência disto há um processo de desagregação e um êxodo rural significativo.

**Quais as razões que levaram o Sendero a assumir a luta armada em 1980?**

**Gorender:** Ao me referir a pressão pela terra quis referir que existe uma base social para a ação do Sendero. Quer dizer, a pressão pela terra tornou-se muito forte e, particularmente, e, nesta região que é mais pauperizada do que outras. Então, o grande enigma é este: como é que o Sendero está resistindo há seis anos e contra um governo militar que está estabelecido em seu departamento? Contra forças militares concentradas do Exército, da Marinha e da Polícia e que agem com a maior selvageria. Fato que é abertamente denunciado no Peru como a pior guerra suja. Massacre, torturas, desaparecimentos, e isto as centenas. Não há cálculos exatos, mas já se fala em milhares. Então, como é que apesar disto tudo eles resistem depois de seis anos? Então há uma razão social para isto que é o desespero desta massa camponesa que não tem terras, que aspira por uma reforma agrária que lhe dê um pedaço de terra para lavrar.

**É muito numerosa esta massa camponesa?**

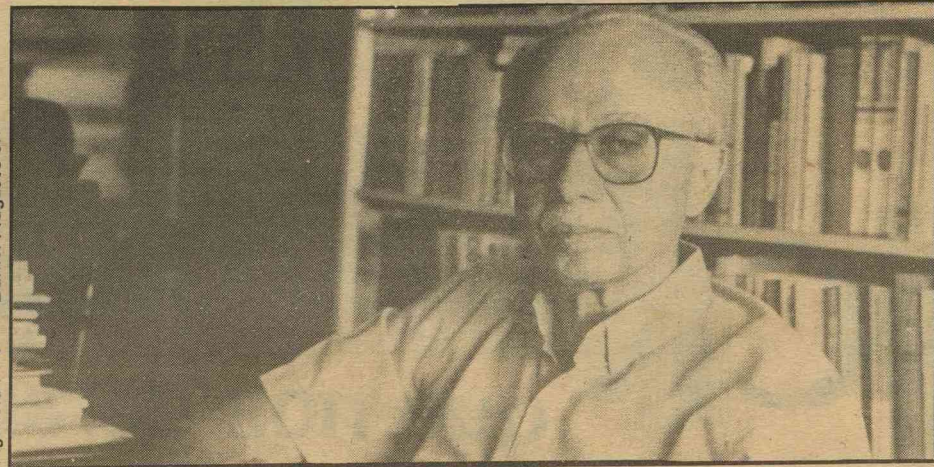
**Gorender:** Estatisticamente a população rural do Peru é calculada em 30 por cento, cerca de 6 milhões de pessoas. Acontece, entretanto, que ela é concentrada porque a maior parte do Peru é desabitada. Então ela se concentra em certos vales, uma parte da costa onde existe plantações de açúcar, aí são grandes plantações desde a origem, e também alguns vales nos Andes. Então, como disse, ela é muito concentrada e Ayacucho é uma destas regiões.

**Isto significa que o Sendero é muito vinculado a estas comunidades?**

**Gorender:** Isto é o que eu queria frisar. O Sendero não tem nada de semelhante com o que se tentou no Peru mesmo e aqui no Brasil nos anos 70. Eles não são pessoas que se implantaram naquela região, vindos de fora. Eles são originários dali. No Peru, nos anos 70 houve guerrilhas de inspiração foquista e que foram facilmente derrotadas pelo Exército. Foram as guerrilhas de Hugo Blanco, Hector Bejar e De la Puente Uceda, este último do **Movimiento de la Izquierda Revolucionária**, MIR, o MIR peruano. Estas guerrilhas foram destroçadas. Mas, no caso do Sendero, o próprio Abimael Guzmán, o Camarada Gonzalo, líder do movimento, ele não é natural de Ayacucho, é de Arequipa, uma cidade da costa, desde

1962 radicou-se em Ayacucho. Lá se tornou um intelectual respeitado, ele é professor de filosofia. Sua tese de doutorado se intitula "O Espaço na filosofia kantiana".

Além disto as pesquisas que tem sido feitas em torno do fenômeno do Sendero apontam para a influência da Universidade de Ayacucho como um núcleo intelectual onde atuava Abimael Guzmán, que antes destes fatos não era um líder de renome nacional, era mais um líder regional, mas que soube constituir uma grande área de influência intelectual. Quer dizer, numerosos intelectuais, professores, especialistas, profissionais li-



Agência F. 4 Daniel Augusto Jr.

berais, mestres-escolas, professores secundaristas, muitos deles de origem camponesa foram influenciados por este trabalho de longos anos. E eles, sem dúvida alguma, são os quadros do Sendero hoje em dia; e são homens da região, conhecem a região, são conhecidos pelos camponeses. Não tem até hoje nenhuma área libertada, não dominam territorialmente nada, ele fazem as ações e desaparecem. Como poderiam desaparecer se não tivessem o apoio de camponeses? Seria impossível, porque, repito, as áreas camponesas são concentradas, não são dispersas.

**Se não foi de inspiração foquista, até mesmo porque em 1980 já havia alguma experiência acumulada neste sentido, existe uma definição deles a respeito da questão da luta armada como único caminho?**

**Gorender:** Existe. Eles se inspiram no maoísmo dos anos 60. Eles combateram o regime militar peruano em toda a sua trajetória, inclusive, na de Velasco Alvarado que foi o general reformista que tomou algumas medidas de reforma agrária que depois o seu sucessor, Morales Bermudez, deu pra trás, inclusive, parte das terras que foram objeto da reforma agrária de Velasco Alvarado foram devolvidas aos antigos proprietários. Em 1977 houve uma greve geral no Peru contra o regime militar, que já era o de Morales Bermudez. Em 1977, eu estava dizendo, houve uma greve geral no Peru contra o regime militar. Pois bem, eles se recusaram a participar sob alegação de que era uma forma de luta reformista. Então, a opção deles — que foi se firmando através dos anos — era a luta armada. A primeira ação do Sendero que foi um ataque a um posto eleitoral nas eleições de 1980 com a destruição das urnas. Um ato simbólico contra o processo eleitoral. Quer dizer, quando exatamente se realizavam as primeiras eleições presidenciais, depois do regime militar, que durou 13 anos, eles iniciavam a luta armada. Então, vocês vêm que é uma coisa aparentemente paradoxal, enigmática, e, esta, então é a questão que se coloca: apesar de todos estes desencontros eles conseguem se manter em luta durante seis anos.

**Que tipos de ação eles realizam?**

**Gorender:** O que não importa muito é o discurso deles, mas o que devemos compreender é que eles estão interpre-

tando uma aspiração premente de uma massa camponesa miserável, que não tem terra; que quando não emigra para Lima, como fazem muitos, vivendo então como desempregados, sobrevivem na mais absoluta pobreza no campo. É disto que o Sendero se tornou intérprete. E isto é importante frisar, porque poderia parecer que eles são loucos. E eles não são. Eles podem ter um discurso que é desajustado doutrinariamente mas eles estão sendo capazes de interpretar uma aspiração urgentíssima da massa, ao menos naquela região. Então o que fazem eles? Como eu disse eles não possuem áreas libertadas até agora. Eles atacam postos policiais,

entram em cidades e, naturalmente, fazem ações de propaganda, discursos de doutrinação da massa. Justificam juizes e prefeitos que são arbitrários, opressores e, particularmente, odiosos para a população. Perseguem ladrões de bens dos camponeses, ladrões de gado, ladrões de cereais, etc. E promovem uma justiça popular, uma justiça camponesa; e se propõem abertamente a desintegrar o sistema produtivo do capitalismo burocrático. Neste sentido eles atacam as empresas imperialistas e também as empresas da grande burguesia peruana, bancos, pontes, vias férreas, meios de comunicação, tudo que possa causar distúrbios no processo produtivo do chamado capitalismo burocrático. Atacam oficiais do Exército, membros da Guarda Republicana que são, juntamente com os soldados da Marinha, os fuzileiros navais, os mais odiosos perseguidores dos camponeses. Existem massacres indiscriminados. As forças da repressão não precisam ter suspeitas muito fortes de que os camponeses têm algum tipo de vinculação com o Sendero para praticar os atos mais bárbaros: estupros, enforcamentos, fuzilamentos, etc.

**Você falou que o Sendero é muito vinculado a estas comunidades camponesas de Ayacucho, e também disse que elas estão sendo vitimadas pelo processo de expansão do capitalismo. Como o Sendero se coloca diante deste problema da expansão do capitalismo?**

**Gorender:** Aí a posição do Sendero é bastante sintomática. A linha do Sendero é aquela: cercar as cidades pelo campo, ganhar forças no campo para depois, então, ocupar as cidades. O proletariado é a força dirigente, mas os camponeses são o contingente básico da revolução. Então, pelo menos, em um certo momento, não se pode saber se eles continuam defendendo esta posição, eles advogavam por um retorno a autarquia camponesa das comunidades. Isto é, frear a penetração do capitalismo para que os camponeses tenham mais força como economia autárquica. E, em algumas feiras camponesas que são habituais nos Andes, o Sendero chegou a intervir impedindo que os camponeses comprassem artigos industriais. E há mais um fato que me foi contado por uma pessoa que não acredito pudesse estar mentindo a respeito: havia em um certo lugar uma estação de zootecnia, ligada à uma Universidade e onde existiam animais de raça, gado bovino,

cavalar, etc, onde se faziam experiências. Como os trabalhadores desta estação tivessem um nível de vida superior ao das comunidades, porque, claro, eles tinham abundância de material agrícola, o Sendero destruiu a estação zootécnica. Simplesmente porque isto ia contra o princípio da igualdade que deve existir no meio camponês.

**Quais são as perspectivas políticas que você vê para o Peru?**

**Gorender:** Eu queria, em primeiro lugar, me referir as perspectivas com relação ao Sendero Luminoso. O que pode acontecer com ele, que está sobre uma pressão violentíssima das forças repressivas? Eu penso o seguinte: e aí eu não me fio tanto no seu discurso doutrinário tanto quanto eu pude apreendê-lo no seu documento oficial, que é um informe de quatro anos atrás.

Eu penso que se o Sendero continuar como fenômeno regional, circunscrito a Ayacucho e regiões próximas ele poderá travar uma luta prolongada com a repressão militar, porém, acabará num beco sem saída. Mas se o Sendero soube demonstrar até agora que conseguiu interpretar aspiração camponesa pela reforma agrária, a aspiração das comunidades indígenas, ou comunidades camponesas, se ele conseguir irradiar esta luta camponesa para um plano nacional; se incendiar o campo, em escala nacional, apesar da população rural representar apenas 30 por cento da população peruana, eu acredito que isto torne possível incentivar a luta revolucionária nas cidades, a chama poderá incendiar também as cidades. É preciso levar em conta que Lima com seis milhões de habitantes tem dois terços da sua população vivendo no subemprego ou nos desempregos. Não é exagero. E é uma população realmente miserável e com altíssimos níveis de pauperização. E, neste caso, talvez seja possível formar uma grande frente revolucionária de caráter nacional que, provavelmente, obrigará o Sendero a ampliar os seus horizontes doutrinários. Ou então colocará uma outra força marxista na liderança do movimento. Eu considero que no Peru há muito pensamento marxista de alto nível no meio intelectual, no meio político, e que, deste pensamento podem brotar novas lideranças.

Possivelmente uma parcela considerável da atual Esquerda Unida se integrará nesta frente revolucionária. Não toda, mas uma parte significativa e representativa. Esta, então, seria uma outra perspectiva. Eu vejo estas duas. Inclusive, conversei com intelectuais peruanos que consideram que tal qual a situação está ocorrendo, dificilmente se passarão dois anos sem que se gere uma situação de guerra civil. E então com um governo militar aberto que fará a deposição do próprio Alan Garcia.

**Neste caso, a realidade do próprio Sendero seria radicalmente alterada?**

**Gorender:** Sem dúvida.

**E já existe algum indício capaz de ser percebido hoje?**

**Gorender:** Atualmente, pelo que eu conheço daquela realidade eu não poderia afirmar isto. O que eu posso dizer a vocês é que as formulações doutrinárias que eu puder obter do Sendero, aquelas formulações autênticas, elas são inadequadas a uma luta de caráter nacional, são muito estreitas. Se aplicadas no seu sentido estrito elas terminarão colocando o Sendero, como eu já disse, num beco sem saída. Mas é possível que a própria prática, particularmente, a prática das massas camponesas, se ela se irradia é muito possível que ela própria modifique a situação e obrigue o próprio Sendero a reformular seu pensamento doutrinário. E aí, é claro, isto repercutirá nas cidades. Se as forças políticas e sociais de Lima também se radicalizarem é evidente que surgirá algo novo, que ultrapassará o atual Sendero.



São muitos na parada. Calcula-se que só em Brasília 100 bandas esperam a chance para sair do anonimato. Podia ser chamado de rock-formiga. Quanto mais mexe, mais aparece. Que fenômeno é este?

Esse foi o

# ROCK

que nos deram pra viver

Maria V. da Silva



Desde a época dos festivais nos Estados Unidos, na década de 60, o rock iniciou uma caminhada excitante para as gravadoras. De lá para cá, a falta de escrúpulos, a maneira científica de verificar possibilidades de sucesso, a pesquisa de mercado, as descobertas técnicas, os satélites e a transformação do mundo numa vizinhança comum deram aos roqueiros de sucesso e seus produtores uma vida bilionária, tanto que o mercado nunca precisou ser conquistado: até o Papa já veio à América Latina, no entanto não se fala de um plano para que os **Rollings Stones** venham até aqui nos presentear com um show. Não é preciso. O mercado está dado. A televisão se encarrega de disseminar o mito, as gravadoras não permitem que falem discos nas lojas. As revistas de rock proliferam. Sabemos da vida de todos. Entrevistas. Espaços em jornais. A morte de Jimmy Hendrix está novamente na pauta. Foi lançado no Brasil (só agora!!!) o disco gravado em Monterey quando Hendrix iniciou seu apoteótico e lúgubre sucesso que terminou três anos depois num hotel de Londres por overdose. Até hoje, rendas e mais rendas são adicionadas ao patrimônio de John Lennon. O talento deste homem saído do Cavern Club de Liverpool e sua morte absurda rende dividendos em todas as regiões do mundo.

É uma história engraçada. De Woodstock temos sentimentos compartilhados com milhares de hippies que faziam frente a uma guerra que diziam não ser sua. As telas do cinema (não era ainda TV) nos liberavam para um sentir quase estranho, mas que nos chegava como se fossem nossos os parentes que partiam e não voltavam do Vietnã. Aquela balbúrdia de gente só podia ser nossa também. Era uma catarse sobre a qual a ditadura que vivíamos pouco pôde fazer, pois não significou nenhuma ação real contra o sistema. Mesmo na "matriz" a indignação de Woodstock e de outros festivais foi completamente cooptada pela indústria cultural. Os hábitos disseminados pelo mundo. A vida começava a se reger por outra coisa que não a espontaneidade dos indivíduos. A massificação se intensificou nos colocando em contato com o mundo.

Nesses 20 anos surgiram roqueiros entre nós. Além do ontológico Raul Seixas, Rita Lee, o temporário sucesso dos **Secos e Molhados**, alguns rocks embutidos nas músicas de Caetano e Gil, e, ainda aquela memorável e pouco tocado cujo refrão era o "você não gosta de mim, mas sua filha gosta" que Chico fez para o general Geisel. Afora esse quadro e mais alguns outros que caíram no fosso da nossa memória. (sem esquecer o rock de Sá, Rodrix e Guarabira e Belchior), que história temos nós dentro desse movimento que transita há mais de 30 anos pelo mundo?

Há um Geraldo Vandré espancado nisso tudo. Há um Geraldo Vandré que não foi morrer de overdose na Europa, mas foi esconder-se nos armários da "Casa do Brasil" em Paris temendo uma perseguição inexistente. Era outra época. Outra preocupação e outra realidade.

E eis que abrimos a década de 80 com um desafio político. A anistia, as diretas. A segunda geração dos exilados em sua própria terra que incharam as cidades durante as últimas décadas formaram um caldo magnânimo de proscritos sem nenhum emprego: junte um camêlo, um açai clandestino, um porteiro de boate e um

líder comunitário desempregado e aí está, quem sabe, a fórmula para o punk da periferia. Assim foi, talvez, que conseguimos unir o conteúdo e a forma para que pudéssemos consumir sem dramas maiores a música negra americana.

## Um pé na estrada que esperou a conjuntura

Nada é de graça. Chegamos ao oitavo país em industrialização no mundo. A tecnologia se supera a cada instante. Os instrumentos se aperfeiçoam. A comunicação rege um mar de opções. As cidades foram tomadas, incharam, e a mesma neurose "chernobyl" que assola o hemisfério norte transportou-se para cá com todas as suas nuances. É a hora do rock estourar. Os que vieram depois da ditadura começam a encabeçar a lista dos mais vendidos, contra aquela idéia de que a cultura não teria herdeiros depois das trevas dos 20 anos. Nessa patuléia toda estão uma centena de propostas bem ao sabor do pós-moderno, como se designou tudo que veio depois (não se sabe bem do quê). Agora tudo é moda e dissemina-se imediatamente para igualmente desaparecer do cenário depois do apogeu. A profusão de denominações passaram a ser uma constante do nosso dia a dia. Fulano é dark, as letras são protopolíticas, o new wave, next wave, a conexão jamaicana com a batida deslocada (mmmpá, mmm pá) do reggae, o rock andrógino, os protopunks, o destituído progressivo, a new bossa, o heavy metal, o funk e a redescoberta salsa.

Isto vem junto com as traduções atrasadas porque somos atrasados culturalmente, de Bukowski, Jack Kerouak e William Burroughs, todos estes, autores lidos pelos grupos mais criativos que não descartam também Erza Pound, T.S. Eliot, William Blake, Yeats, Rimbaud Verlaine, Mallarmé, Yeas.

Mas nem tudo é tão criativo assim. Alguns grupos parecem fazer questão de ser apenas uma moda medíocre apta ao desaparecimento sumário. Este é o caso das galinhas mérlous da vida ou do pornô rock como queiram ou rock descartável ou lixo rock. A última execrável que certamente ainda vai tocar e desaparecerá com o tempo é "Marcinha Ligou" do grupo Língua de Trapo: "Marcinha ligou as trompas, agora pode transar a vontade".

## A história comum

Este fenômeno é tardio. De 60 a 80, quando o mundo já era um enorme concerto com uma bateria seca, uma letra contundente, uma guitarra arrepiando e um baixo no contraponto, nós permanecemos entre as possibilidades que tínhamos sem a divulgação necessária. Nesse tempo muito guitarra deve ter mofado no sonho do adolescente que não possuía o canal necessário. Foi preciso algo mais para que as gravadoras se vergassem. Quando o movimento tornou-se claro e ululante nos Festivais Universitários, nos teatros, nos bares, no Circo Voador é que os magnatas desembolsaram o pouco de dinheiro (para o muito que hoje ganham)

necessário que faria deslanchar o rock no Brasil.

A história de todos é mais ou menos comum. Num dia estavam em casa, ensaiando na garagem, aproveitando os fins de semana que a parentada saía e no outro já começavam a gravar, com a agenda fechando, compromisso, Chacrinha e loisas mais. O dinheiro começava a bater.

Sem dúvida alguma o RPM é o ponta de lança do fenômeno. Não adianta af ter alguma "terceira intenção" e malhar pelo simples fato deles fazerem o jogo do sistema e ganhar muito dinheiro com isso. Usando raio-laser no show eles levaram o rock até a caatinga e foi um sucesso quase planejado pelo líder e mais novo símbolo sexual brasileiro, Paulo Ricardo (Caetano adora seus ombros). Segundo, ele, a música "Louras Geladas" foi feita para ser um hit. Um raciocínio cínico e frio que, se não fosse pela criatividade da letra e não tanto do som, não teria dado certo.

Em um ano eles já gravaram dois LPs quase iguais e vão alcançar um milhão de cópias vendidas. O segundo LP, três meses antes de sair já tocava nas rádios piratas com **London London** puxando. Tocou tanto que às pressas resolveram gravar o show ao vivo mas não sem cuidados especiais: mixagem em Los Angeles e um disc-laser projetado para vir ao ar em dezembro (primeiro de uma banda de rock brasileira).

Quem vê Paulo Ricardo na TV não pode se queixar de seu visual e tudo indica, pelas suas entrevistas que suas preocupações são no mínimo razoáveis. Analisa suas letras como relativamente boas, chegando perto das piores de Caetano e Chico. Do primeiro, gravou **London London**, ironicamente uma canção de exílio do baiano que vem estourar agora, com quase quinze anos de atraso na voz de um legítimo "filho da ditadura".

## Os preconceitos batem a sua porta

Como qualquer movimento, o rock não poderia deixar de ter algum ranço. Quando o **Paralamas do Sucesso** lançou seu último disco "Selvagem?", eles ouviram o que sequer imaginariam ouvir de (inclusive) colegas seus e críticos afins.

A "fúria" principal era de que tinham ido contra a proposta inicial do rock, numa tentativa de aproximação com a música popular brasileira. Aderindo ao reggae e colocando um final de sambão em "Alagados", os **Paralamas** conseguiram unir o que parecia irrealizável. Uma salada de ritmos e instrumentos que deu um dos discos mais criativos desse ano. Apesar dos contras, a massa gostou e aceitou a mudança. De todos os grupos, O **Paralamas** parece ser o que tem mais sedc de conhecimentos e inovações e, ao que parece tão cedo não haverá racha por liderança entre os três músicos como já está dando a entender o RPM. E se essa afirmação for correta, eles sobreviverão, sem nenhum tormento a mais que não o próprio talento e a imbatível competência, nos deixando a leve e amaciante suspeita que nem tudo está enrustido dentro de um mesmo padrão importado.